



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**MENSAGEM Nº 95, de 2012-CN
(nº 407/2012, na origem)**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O
PERÍODO 2008/2011**

**EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2012
ANO BASE 2011**

VOLUME II

ANO LXVII – SUP. “D” AO Nº 145 – TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Aníbal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Aníbal Diniz (25) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2012
ANO BASE 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Ministra de Estado da Cultura

Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antônio Tombini

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos
José Leônidas Cristino

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wagner Bittencourt de Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2012
ANO BASE 2011

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2012 Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório de avaliação : plano plurianual 2008-2011 : exercício 2012 : ano base 2011 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. - Brasília : MP/SPI, 2012.

2 v.

Conteúdo: volume 2.

1. Planejamento governamental. 2. Programas : avaliação dos indicadores e probabilidades. I. Título

CDU 338.26"2008-2011"(047)



(Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Artigo 19º, incisos III e IV)

Volumell

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o Volume II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2011 e dos índices finais previstos; e
 - b) avaliação, por programa, do alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as observações sobre o desempenho registrado.
-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0352 Abastecimento Agroalimentar	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira							
Público-alvo	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2011	53,00	29,40	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2011	14,00	7,10	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2011	20,00	22,20	Média	-
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2011	17,00	13,30	Alta	-
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	30/12/2006	11.006,00	12/2011	5.470,00	17.084,00	Muito Baixa	O indicador tinha como meta o aumento do número de produtores atendidos. No entanto, o baixo número de atendimentos se deu em virtude do próprio mercado ter absorvido a produção. Deverá ser elaborado novo indicador levando em conta o número de produtores que requisitaram apoio a comercialização em relação aos produtores atendidos.
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2011	162,90	150,00	Alta	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	31/12/2006	3.133.029,00	12/2011	1.210,40	4.271.152,00	Muito Baixa	O mercado absorveu a produção, não sendo necessária a intervenção governamental. O indicador pode ser computado em relação ao volume de recursos disponíveis no caso de necessidade de apoio à comercialização de produtos agropecuários.
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	1/8/2007	11.301.553,00	12/2011	56.781.554,48	16.639.331,00	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1049 Acesso à Alimentação	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)					
Objetivo	Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana							
Público-alvo	Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Agricultores Familiares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	12/2011	149.250,00	167.580,00	Média	Embora a meta de atendimento de famílias para o ano de 2011 não tenha sido atendida na sua plenitude, houve um crescimento do número de agricultores participantes do Programa, bem como houve um crescimento do valor médio acessado por família, o que demonstra que estão aumentando o volume de produção e a capacidade de acesso ao mercado, o que são também objetivos do PAA.
Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	12/2011	116,00	123,00	Média	Houve uma revisão das estruturas instaladas por encontrarem inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Em consequência houve um aumento no custo desse equipamento público reduzindo a quantidade instalada.
Número de Cisternas Construídas (1000)	SESAN/MDS	21/2/2009	39.465,00	12/2011	83.248,00	45.036,00	Alta	-
Número de Cozinhas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	12/2011	627,00	500,00	Alta	-
Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	12/2011	16.290.738,00	13.909.150,00	Alta	-
Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS	31/8/2007	27,00	12/2011	157,00	183,00	Média	Houve uma revisão das estruturas instaladas por encontrarem inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Em consequência houve um aumento no custo desse equipamento público reduzindo a quantidade instalada.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0770 Administração Tributária e Aduaneira	Órgão Responsável				25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação							
Público-alvo	Governo Federal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (porcentagem)	MP/SPS e Copat/SRF/MF	31/12/2006	110,00	12/2011	105,40	109,00	Média	A Secretaria da Receita Federal do Brasil vem desenvolvendo iniciativas de fiscalização, de cobrança de créditos tributários e, em especial, de implantação de instrumentos de gestão, que devem resultar na melhoria dos valores da arrecadação federal.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Órgão
Responsável

Programa 1102 Agenda 21

Objetivo Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis

Público-alvo Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0351 Agricultura Familiar - PRONAF	Órgão Responsável				49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores							
Público-alvo	Agricultores familiares							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária (porcentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2011	63,88	85,00	Média	O crédito rural do PRONAF, destinado aos agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária, possui estreita relação com o INCRA no que se refere a sua operacionalização. Somente é concedido aos agricultores que já tenham recebido todos os créditos de instalação do INCRA (apoio inicial, fomento, moradia) bem como a devida divisão do assentamento em lotes e a construção de infra-estrutura básica (estradas, etc) - ações notoriamente demandantes de elevado prazo para execução e fora da governança da SAF.
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B (porcentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2011	55,99	48,00	Alta	-
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha V (porcentagem)	Dados do Banco Central do Brasil ☐ REFCOR	1/12/2007	55,80	12/2011	63,10	62,38	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais				Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar a população o acesso ao crédito e aos serviços bancários							
Público-alvo	Clientes, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	12/2011	93,24	-	-	O BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões. O BNB realizou R\$ 8,46 milhões de transações por canais alternativos de atendimento (internet, terminais de autoatendimento e terminais compartilhados). No ano de 2010, representando 54,8% do total de transações realizadas, que foi de R\$15,44 milhões.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira	Órgão Responsável				35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	
Objetivo	Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil							
Público-alvo	Sociedade e meio acadêmico e diplomático							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)	Fundação Alexandre de Gusmão	1/6/2007	23,00	01/2012	83,20	5,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde				Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecuarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho						
Público-alvo	Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representativas dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médico - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2011	48,00	45,00	Alta
							-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário							
Público-alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP	30/4/2005	157,38	12/2011	195,00	124,80	Baixa	Ampliação dos portos para reduzir o custo no escoamento da produção.
Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional (%)	Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	12/2011	5,39	8,02	Muito Baixa	Ampliação dos investimentos da infraestrutura hidroviária.
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	12/2011	58,53	59,12	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0661 Aprimoramento da Execução Penal	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)					
Objetivo	Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes							
Público-alvo	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Porcentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)	DEPEN	9/7/2007	0,63	06/2011	0,83	0,71	Alta	-
Porcentual de Presos que Trabalham (%)	DEPEN	9/7/2007	0,24	06/2011	0,18	0,35	Média	É necessário maior investimento na melhoria das condições carcerárias no país, bem como ampliação das parcerias com outros órgãos públicos e entidades privadas com vistas a possibilitar que o detento exerça alguma atividade laboral durante o cumprimento da pena.
Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	07/2011	0,57	0,81	Muito Baixa	Necessidade de maior aporte de recursos na contratação e consequente geração de vagas, bem como ampliar as ações de fomento à aplicação de medidas alternativas à prisão.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011

Volume II

Programa	0256 Aprimoramento dos Serviços Postais			Órgão Responsável		41000	Ministério das Comunicações (MC)	
Objetivo	Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	
		Data	Índice	Data	Índice			
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)	Pesquisa externa (DICO/ECT)	31/10/2005	95,40	09/2010	95,30	100,00	Tendo em vista que a pesquisa é bianual e a última foi apurada em 2010, as medidas corretivas necessárias só serão apuradas em 2012.	
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)	Pesquisa Externa (DICO/ECT)	31/10/2005	97,80	09/2010	95,60	100,00	Tendo em vista que a pesquisa é bianual e a última foi apurada em 2010.	
Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)	DICO/ECT	31/12/2006	85,40	12/2011	75,74	100,00	O índice previsto ao final do PPA mostrou-se muito elevado.	
Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)	DIO/ECT	31/7/2002	79,09	12/2009	82,00	89,21	Alta	
							Busca por um novo modelo capaz de atualizar os dados da POF anualmente.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

44000

Órgão

Responsável

0499 Áreas Protegidas do Brasil

Objetivo

Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes

Público-alvo

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1016 Artesanato Brasileiro	Órgão Responsável				28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo							
Público-alvo	Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação de Artesãos Cadastrados no SICAB com Produção Destinada a Exportação (pessoas atingidas / número de ppds)	Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB	1/12/2009	1,20	-	-	1,32	Muito Baixa	Homologar e implantar segunda versão do SICAB.
Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)	MDIC	31/8/2007	100,00	-	-	0,00	Muito Baixa	Homologar e implantar segunda versão do SICAB.
Variação Acumulada no Faturamento Nominal Médio dos Artesãos em Eventos de Comercialização Apoiados pelo PAB. (parcerias consolidadas)	Programa do Artesanato Brasileiro - PAB	1/12/2008	100,00		144,64	132,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais		Órgão Responsável		49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo		Promover a democratização do acesso à terra					
Público-alvo		Trabalhadores rurais sem-terra					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	12/2011	54,17	100,00	Média

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	01/2012	0,72	0,70	Alta	-
Índice de Consulta por Habitante (Consulta per capita)	MSSAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	01/2012	2,96	2,90	Alta	-
Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)	MSSAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	01/2012	2,62	3,00	Alta	-
Índice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)	SAS/MS	31/12/2006	59,60	01/2012	120,62	74,60	Alta	-
Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	01/2012	2,24	2,90	Alta	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (%)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	01/2012	70,56	75,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)			
Objetivo	Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país						
Público-alvo	Sociedade Brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (porcentagem)	Estado Maior do Exército	1/1/2006	-	-	50,00	Média	É necessário apoiar a capacidade de execução dos estados e municípios.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos				Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Distribuição de Medicamentos para a Primeira Fase do Tratamento de Pacientes Portadores de Tuberculose (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/8/2009	85,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Distribuição de Medicamentos para a Segunda Fase do Tratamento de Pacientes Portadores de Tuberculose (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/8/2009	85,00	12/2011	42,00	100,00	Média	-
Taxa de Distribuição de Medicamentos para o Tratamento de Pacientes com Hanseníase (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	28/8/2009	70,00	12/2011	57,00	100,00	Média	A programação de medicamentos é feita anualmente no período de abril a março. Portanto em 2011, a programação foi estabelecida de abril de 2011 a março de 2012, ainda não concluída.
Taxa de Distribuição dos Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica Adquiridos de Forma Centralizada pelo MS (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica/Coordenação Geral de Med. Excepcionais	31/12/2009	100,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Recurso Financeiro Transferido aos Estados para a Aquisição dos Medicamentos Grupo IB do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica	31/12/2009	100,00	12/2011	100,00	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)				
Objetivo	Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça						
Público-alvo	Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPU/MJ	1/1/2007	98.970,00	12/2011	480.538,00	Alta	-
Custo por pessoa assistida (unidade)	DPGU	-	0,00	12/2011	439,00	Média	Indicador em fase de estruturação. O aumento do custo em relação a 2010 é justificado pelos custos de implantação de novos núcleos que ainda não atendem em plena capacidade por carência de recursos humanos. Já foi enviado ao Ministério do Planejamento solicitação para realização de concurso do quadro administrativo, bem como para a criação da carreira de apoio a atividade jurídica.
Número de Atendimentos Prestados ao cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2011	1.275.771,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar				Órgão Responsável	49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)		
Objetivo	Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais							
Público-alvo	Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Agentes de Ater Formados (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	20,00	12/2011	36,29	80,00	Baixa	A formação de agentes de Ater acumulou nos dois primeiros anos do PPA o percentual de quase 50% de agentes de Ater capacitados. Já em 2011, as limitações de diárias e passagens impactaram na execução da ação, restringindo a execução via Redes Temáticas de ATER. Importante salientar que o resultado de 36,29% é referente ao ano de 2011 e não o acumulado no período do PPA.
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	37,00	12/2011	6,86	51,00	Muito Baixa	Houve redução de orçamento de 2010 para 2011 da ordem de R\$ 90 milhões. A execução orçamentária da ação em 2011 foi de 99,6%. As evoluções graduais alcançadas no orçamento dessa ação, ainda são limitadas frente à demanda pelos serviços de ATER no país. Para alcançar taxa de cobertura de 50% de ATER para a agricultura familiar, via contratação de serviços por chamada pública, seriam necessários cerca de R\$ 2 bilhões, considerando o custo unitário de R\$1 mil/estabelecimento/ano. Também teve impacto no índice de atendimentos contabilizados a mudança no instrumento de execução da ação, de convênios para contratos de ATER por dispensa de licitação. A nova modalidade, operacional a partir de abril de 2011, garante serviço contínuo e de qualidade com recursos exclusivos do governo federal.
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	33,33	12/2011	48,00	61,00	Média	A principal razão para o não atingimento da meta é a saturação do crédito de investimento em função dos índices altos de contratação de anos anteriores, como por exemplo na linha Mais Alimentos. Das 3,2 milhões de operações de crédito, cerca de 2,4 milhões são de crédito de investimento. Considerando investimento e custeio, são cerca de 2 milhões de CPFs de um público potencial de 4,3 milhões de estabelecimentos. Se considerarmos que cerca de 1 milhão de estabelecimentos estão na faixa da pobreza extrema, portanto, carecem de medidas alternativas ao crédito como o fomento, 900 mil são assentados da reforma agrária e cerca de 300 mil estabelecimentos estão inadimplentes, temos que o universo potencial do crédito atual está contemplado. Como medida para ampliar essa base está a necessidade de estruturação de ações para que o público da pobreza desenvolva as condições necessárias para galgar etapas que possibilitem lidar com o crédito bancário e atuar sobre o público inadimplente.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1214 Atenção Básica em Saúde	Órgão Responsável				36000 Ministério da Saúde (MS)	
Objetivo	Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)	MSSAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2011	0,00	66,00	Verificou-se a necessidade de adequação das bases populacionais das duas equipes SF e SB e ao mesmo tempo a tentativa de sensibilizar os gestores municipais e estaduais, para a nova forma de cálculo desse índice a ser utilizado, porém sem sucesso.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)	MSSAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2011	53,40	70,00	O Ministério da Saúde buscou, no último ano, estruturar a Atenção Básica como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado, e atendendo as suas necessidades de saúde. O Decreto nº 7.508/11 de fine que "o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia pelas portas de entrada do SUS e se completa na rede regionalizada e hierarquizada". Neste sentido, atenção básica procurou cumprir algumas funções para contribuir com o funcionamento das Redes de Atenção à Saúde, entre elas: ser base, ser resolutiva, coordenadora do cuidado e ordenadora das redes. Assim, espera-se que com a implantação de Programas como o de Melhoria do Acesso da Qualidade dos serviços da Atenção Básica, os índices a serem apurados nos anos seguintes seja superiores.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família, em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (porcentagem)	MSSAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2011	36,81	52,00	A segunda etapa da fase 2 do PROESF relaciona-se com o atual momento de desenvolvimento da Atenção Básica brasileira marcado pela publicação da Portaria n 2.488, de 21/10/2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica e para a Estratégia Saúde da Família e da Portaria n. 1.654, de 19/07/2011 que institui o Saúde Mais Perto de Você - Acesso e Qualidade, Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica PMAQ. O Ministério da Saúde, através da Portaria n. 2.132, de 6/09/2011, declarava a elegibilidade dos Estados e do Distrito Federal, para reconstrualização. A segunda etapa do PROESF passaria a ser formalizada através da assinatura do Termo de Compromisso. O mesmo aconteceria com a Portaria n. 2.134, de 6/09/2011, que declarava a elegibilidade dos Municípios, para reconstrualização, porém os Sistemas só foram disponibilizados no início do ano de 2012.
Taxa de cobertura do trabalho-reabilitação psico-social do programa "De Volta Pra Casa" (%)	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2011	49,68	86,00	São necessários mais investimentos na organização da rede de saúde mental extra-hospitalar de serviços abertos como CAPS, residências terapêuticas com interface aos dispositivos interjurisdicionais e com vínculos à ação social, trabalho, emprego e cultura.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo	Órgão Responsável				32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Incorporar novos recursos e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural						
Público-alvo	Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	129,00	12/2011	230,51	Alta	-
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m³/dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	14,44	12/2011	16,53	Alta	-
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	160,90	12/2011	147,51	Muito Baixa	Revisão do plano plurianual de negócios da companhia, relativos a atuação internacional.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

**Órgão
Responsável**

01000 Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados)

Objetivo

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros

Público-alvo

Sociedade

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

02000 Senado Federal (Senado Federal)

Órgão
Responsável

Programa 0551 Atuação Legislativa do Senado Federal

Objetivo Representar a federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais

Público-alvo Unidades da Federação e sociedade

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos					
Público-alvo		Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Porcentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4 Séries (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	23,40	09/2010	20,30	15,72	Dar continuidade e fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA para a formulação e implementação dos Planos Estratégicos de cada Unidade Federada, ampliando a responsabilização dos gestores locais pela oferta contínua de EJA.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	3,70	07/2011	2,98	2,09	Maior mobilização focalizada no público analfabeto na faixa etária de 15 a 29 anos, por meio da integração com o PROJETO URBANO, iniciada em 2012 com o desenvolvimento de estratégias conjuntas com vistas à continuidade e elevação de escolaridade dos egressos do PBA nas turmas do Projovem Urbano.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	11,05	07/2011	9,62	6,19	Ações de melhoria do instrumento normativo e do sistema de gestão, acompanhamento e controle do PBA, iniciadas em 2010; formação da gestão local; maior articulação junto ao Programa Bolsa Família/MDS para ampliação da busca ativa; estratégia de atuação para o fortalecimento da EJA e da alfabetização através das ações da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Construção de mecanismos de responsabilização dos entes federados pelas ações de alfabetização e oferta de EJA com a pactuação de metas de efetividade e continuidade; melhoria da efetividade ao Projeto Olhar Brasil (MS) junto ao público do PBA, cujo problema de acuidade visual está entre as principais razões de evasão.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	25,00	07/2011	23,18	14,00	Implementar as ações previstas no Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que prevê um conjunto de ações integradas nas áreas de gestão e prática pedagógica, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica e, dentre seus eixos prioritários, o fortalecimento da EJA no campo. Dentre as ações previstas, destaca-se o financiamento para a abertura de novas turmas de alfabetização no primeiro segmento de EJA em escolas do campo.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	21,90	07/2011	19,01	12,28	Além das ações informadas para a melhoria do indicador de analfabetismo geral (pessoas com 15 anos ou mais), é necessário ampliar o apoio técnico aos municípios do Nordeste com os maiores índices de analfabetismo e com os maiores números absolutos de analfabetos.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1045 Brasil com Todo Gás	Órgão Responsável			32000	Ministério de Minas e Energia (MME)		
Objetivo	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte							
Público-alvo	Consumidores de gás natural							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2011	120,00	-	-	-
Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)	Petrobras Transporte S.A.	31/12/2007	-	12/2011	9.518,00	Alta	-	-
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m3/dia)	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2011	48,07	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1061 Brasil Escolarizado	Órgão Responsável						26000	Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência								
Público-alvo	Crianças, adolescentes e jovens								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	-	-	54,40	Alta	-	
Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	-	-	91,90	Alta	-	
Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	-	-	87,50	Alta	-	
Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	-	-	97,50	Alta	-	
Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	-	-	52,80	Alta	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão				Órgão Responsável		51000	Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior							
Público-alvo	Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/12/2007	44,82	-	-	60,00	Baixa	Não foi possível a apuração do indicador em 2011.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0167 Brasil Patrimônio Cultural	Órgão Responsável			42000	Ministério da Cultura (MinC)		
Objetivo	Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro							
Público-alvo	Sociedade Brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (porcentagem %)	Iphan/MinC	31/12/2006	70,66	03/2012	270,60	0,00	Alta	Os valores foram calculados a partir dos dados disponíveis no SIGPLAN, sendo assim não existem medidas corretivas a serem tomadas.
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (unidade)	IPHAN	31/12/2006	7,00	03/2012	1,00	0,00	Baixa	A medida a ser tomada seria alterar o próprio valor de referência que é muito elevado.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1336 Brasil Quilombola	Órgão Responsável	20126	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)				
Objetivo	Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas							
Público-alvo	População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número índice de evolução da certificação de comunidades remanescentes de quilombos (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2011	167,52	130,00	Alta	-
Número índice de evolução da publicação de portaria de reconhecimento de territórios quilombolas (parcerias consolidadas)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	31/12/2008	100,00	12/2011	287,80	160,00	Alta	-
Número índice de evolução da titulação de territórios quilombolas (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	11/2011	186,27	117,00	Alta	-
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	11/2011	10,56	10,00	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1073 Brasil Universitário		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento					
Público-alvo		Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	12/2010	15,78	16,34	-
Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	01/2011	66,87	56,90	-
Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	01/2011	6,26	22,74	-
Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	01/2011	26,36	20,36	Dada a política de aumento da proporção de quadro de docentes com doutorado nas universidades federais, verificou-se, em 2011, uma redução no número de docentes com mestrado.
Taxa de Matrículas de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	01/2011	33,92	40,09	O não atingimento do índice de 40,09% referente ao indicador se deve principalmente à expectativa superestimada de abertura de cursos noturnos por parte das IFES.
Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	12/2010	63,45	64,09	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0169 Brasil, Som e Imagem		Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Ampliar a produção, a difusão, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual						
Público-alvo	Sociedade brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (porcentual)	Ministério da Cultura	27/5/2006	11,00	01/2012	12,42	11,76	Alta
							-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1163 Brasil: Destino Turístico Internacional				Órgão Responsável		54000	Ministério do Turismo (MTur)
Objetivo	Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país							
Público-alvo	Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Divisas Geradas pelo Turismo (-)	Banco Central do Brasil	31/12/2006	4,30	02/2012	6,78	8,80	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0643 Calha Norte	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)			
Objetivo	Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região						
Público-alvo	População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento Integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)	Ministério da Defesa	31/7/2003	Índice	Data	Índice		
			375,00	12/2011	350,00	280,00	Muito Baixa
							Necessidade da construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) ou mesmo destacamentos, com missões específicas de incentivo ao povoamento integrado à pequena Unidade militar
Taxa de Cobertura aos Municípios do PCN (porcentagem)	Relatório anual de gestão do Programa	31/12/2009	71,00	12/2011	89,17	100,00	Alta
							-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)			
Objetivo	Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais						
Público-alvo	Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Grav de Satisfação dos Alunos (percentagem)	ESAF	31/12/1999	76,00	05/2012	94,10	90,00	-
Grav de Satisfação dos Contratantes (percentagem)	ESAF	31/12/1999	85,00	05/2012	96,60	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Órgão Responsável	2022	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)				
Objetivo	Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo							
Público-alvo	Mulheres							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	12/2011	81,50	100,00	Baixa	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2011	5,50	4,10	Alta	-
Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de gênero (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	0,00	12/2011	427,30	400,00	Alta	-
Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SEPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (%)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	46,00	12/2011	0,00	50,00	Baixa	A ouvidoria estava, até o início de 2012, voltada para temas de Combate à Violência contra a Mulher; assim, não temos dados relacionados aos Direitos Sociais, Econômicos e Sociais.
Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2011	96,30	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2011	7,70	5,20	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais						
Público-alvo	Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Núcleos de Biotecnoinformática Institucionais Integrados (unidade)	SEPED/MCT	31/12/2007	0,00	12/2011	3,00	4,00	-
Produção Bibliográfica dos pesquisadores cadastrados no DGP nas áreas de Botânica, Zoologia e Ecologia (anual)	Diretório dos Grupos de Pesquisa - DGP/CNPQ (Censo 2008)/ ASCAV-MCT	31/12/2008	18.978,00	12/2011	19.780,00	20.084,00	-
Rede de pesquisa apoiada (unidade por ano)	SEPED/MCT	22/5/2009	12,00	12/2011	12,00	11,00	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde							
Público-alvo	Usuários do SUS; Gestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2011	25,00	40,00	Média	-
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2011	78,00	40,00	Alta	-
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da FioCruz	31/12/2006	4,00	12/2011	15,00	10,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2011	221,00	220,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2011	109,00	70,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2011	1.161,00	1.145,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/ Relatórios de atividades das Unidades da FioCruz	31/12/2006	20,00	12/2011	11,00	50,00	Alta	-
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/Fiocruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2011	74,00	80,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, a criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional

Público-alvo Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de farmacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica

Órgão Responsável 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)	ABNT/INMETRO	31/12/2007	9,614,00	12/2011	5.725,00	14.374,00	Baixa	
Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2007	13,40	12/2011	15,60	16,80	Média	Continuar incentivando a absorção e alocação de mestres e doutores em seu parque de P&D, somando-se aos esforços de constituir condições para que essas empresas venham a investir mais em P&D.
Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	31/12/2007	8,10	12/2011	6,20	9,60	Baixa	São muitas as variáveis que interferem nesse Indicador, como por exemplo a crise econômica internacional, a taxa de câmbio desfavorável as exportações de produtos de maiores valores agregados entre outros. O que se percebe é que o MCTI deve continuar a incentivar seus programas voltados ao apoio do desenvolvimento de P&D pelas empresas.
Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	31/12/2007	385,00	12/2011	540,00	504,00	Alta	-
Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	0,85	12/2011	1,02	1,06	Alta	Previsto quase alcançada, apesar de ser estimativa.
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	12/2011	4.476,00	4.981,00	Alta	Acreditamos que não se faz necessário, pois o índice alcançado é muito próximo do previsto, embora considere o período de outubro de 2010 a setembro de 2011, conforme a metodologia utilizada. Se considerarmos o ano fechado, janeiro a dezembro de 2011, o número ainda seria mais próximo do previsto.



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social						
Público-alvo	População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa da juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	Data	Índice	12/2011	35.606.933,00	45.059.306,00	1.Aumento da divulgação dos sites. 2. Ampliação das informações ofertadas.
		1/12/2006	23.816.115,00			Média	
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEPD/SECIS/MCT	Índice de Referência		12/2011	654,00	700,00	Busca de mais parcerias com municípios.
		1/10/2007	390,00			Média	
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	Índice de Referência		12/2011	501.833,00	440.000,00	-
		31/12/2007	430.065,00			Alta	
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	Índice de Referência		12/2011	65,00	46,00	-
		1/12/2006	41,00			Alta	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1080 Combate à Desertificação	Órgão Responsável				44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação							
Público-alvo	População das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Áreas atendidas por intervenções que visam o combate à desertificação (km²)	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005	9.750,00	01/2012	80.201,00	190.869,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0812 Competitividade das Cadeias Produtivas	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				
Objetivo	Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações							
Público-alvo	Setor industrial produtor das principais cadeias produtivas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)	BACEN e SECEX	20/1/2007	1,88	01/2012	3,53	2,63	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0798 Compras Governamentais	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normalizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais		
Público-alvo	Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Objetivo Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar

Público-alvo Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1145 Comunidades Tradicionais	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)				
Objetivo	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social							
Público-alvo	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					Data
Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção (%)	Ministério do Meio Ambiente	31/7/2005	4,27	01/2012	49,98	50,33	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)		
Objetivo	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes									
Público-alvo	Sociedade									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
		Data	Índice	Data	Índice					
	Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	12/2011	33,00	40,00		Alta	-
	Taxa de Proteção Integral dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	12/2011	6,20	10,00		Baixa	-
Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	12/2011	12,50	11,00	Alta	-		

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)				
Objetivo	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos; promover a biosegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado							
Público-alvo	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (porcentagem)	Ministério do Meio Ambiente	15/8/2003	2,00	01/2012	49,41	80,00	Média	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)		
Objetivo	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais					
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice			
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (apêndice)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	0,21	Muito Baixa

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário				Órgão Responsável	10000	Supremo Tribunal Federal (STF)	
Objetivo	Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados								
Público-alvo	Poder Judiciário e Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)		Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	12/2011	111,09	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0550 Controle Externo	Órgão Responsável				03000	Tribunal de Contas da União (TCU)	
Objetivo	Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo							
Público-alvo	Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (porcentagem)	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	12/2011	58,60	42,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção	Órgão Responsável	20125	Controladoria Geral da União (CGU)			
Objetivo	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública						
Público-alvo	Governo						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC %	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2011	93,60	400,00	Alta
							-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0237 Corredor Araguaia-Tocantins

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0233 Corredor Mercosul

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul

Público-alvo Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0235 Corredor Nordeste

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0229 Corredor São Francisco

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0231 Corredor Transmetropolitano

Objetivo Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais

Público-alvo Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1116 Crédito Fundiário	Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)			
Objetivo	Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadram nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis						
Público-alvo	Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	-	13,76	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda						Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda								
Público-alvo	Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)	Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED	30/12/2006	1.609.007,00	01/2012	863.442,00	3.060.218,00	Baixa	O índice previsto mostrou-se muito audacioso, não dialogando com a realidade do programa.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0172 Cultura Afro-Brasileira		Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)		
Objetivo	Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro							
Público-alvo	Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2011	139,00	-	-	Ainda não existem medidas corretivas para o problema, tendo em vista que a certificação começa por iniciativa própria da comunidade quilombola que passa a reconhecer sua identidade.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	Órgão Responsável	42000	Ministério da Cultura (MinC)			
Objetivo	Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural						
Público-alvo	Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	31/12/2007	0,30	-	-	Média	O índice apontado no SIGPLAN para o exercício de 2011, de 2,48, foi gerado com base no aumento do número de pontos de cultura apoiados. Trata-se de uma falha na estimativa do índice. Não está correto já que o índice varia entre 0,0 e 1,0 e, conforme fórmula de cálculo acima descrita, não varia segundo o aumento do número de pontos de cultura apoiados.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0581 Defesa da Ordem Jurídica	Órgão Responsável				34000	Ministério Público da União (MPU)	
Objetivo	Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processo Elaborado (%)	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	04/2011	100,00	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0697 Defesa do Consumidor	30000	Ministério da Justiça (MJ)	Órgão Responsável						
Objetivo	Promover a proteção e defesa do consumidor									
Público-alvo	Sociedade brasileira									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
		Data	Índice	Data	Índice					
Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)	SINDEC	31/12/2006	60,00	12/2011	443,00	100,00	Alta	-		
Número de Procos Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)	SINDEC	31/12/2006	22,00	12/2011	146,00	100,00	Alta	-		

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0695 Defesa Econômica e da Concorrência			Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência							
Público-alvo	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos de Anulação de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo CADE (unidade)	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	65,00	02/2012	70,00	74,00	Alta	-
Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração (dia)	CADE	31/12/2006	100,00	02/2012	147,00	94,00	Média	O prazo, leva em conta o tempo transcorrido em três órgãos distintos (SEAE/MF, SDE/MJ e CADE). Com o advento da Lei 12.529/11, a instrução e julgamento de Atos de Concentração se dará no mesmo órgão (CADE) e terá legal o prazo máximo de 330 dias, sendo que a grande maioria dos casos se encerrará entre 15 e 30 dias, dado o incremento de recursos materiais e humanos na atividade, fazendo com que a média atinja o índice de referência com possibilidade até mesmo de diminuição deste prazo para abaixo do nível que fora previsto para o final do PPA, a saber 94 dias em 2011. O aumento no número de dias no ano de 2011 deve levar em conta também o aumento de atos notificados ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no referido ano, que foi significativo.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0580 Defesa Jurídica da União	Órgão Responsável	20114	Advocacia-Geral da União (AGU)			
Objetivo	Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo						
Público-alvo	União						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (porcentagem %)	AGU	31/12/2011	100,00	12/2011	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1132 Democratização das Relações de Trabalho				Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores							
Público-alvo	Trabalhadores, empresas e organizações sindicais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Eficácia das Mediações (bolsas conciliadas)	Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE	-	0,00	12/2011	92,40	70,69	Alta	-
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2007	74,44	12/2011	81,89	75,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental				Órgão Responsável		20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	
Objetivo	Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural								
Público-alvo	Governo e sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (folhas concedidas)			31/12/2007	100,00	12/2011	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural				Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Total de Matérias Jornalísticas (unidade)	Rádioráis	31/5/2005	181.585,00	12/2011	20,70	0,00	-
Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)	Rádioráis	31/12/2004	100,00	12/2011	100,00	0,00	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Órgão Responsável				56000	Ministério das Cidades (MCI/Cidades)
Objetivo	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais						
Público-alvo	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Macaé, João Pessoa e Natal						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	39.490,00	-	-	70.500,00	Média
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	6.271,00	-	-	8.200,00	Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.874,00	-	-	3.632,00	Média
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Macaé - RJ (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	1.564,00	-	-	3.080,00	Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.794,00	-	-	2.683,00	Média
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)	Transurb/Ministério das Cidades	31/12/2003	44.683,00	12/2011	50.980,06	45.621,94	Alta



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros				Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MTCidades)	
Objetivo		Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais							
Público-alvo		População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maricá, João Pessoa e Natal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	56.615,00	-	-	80.080,00	Alta	Concluir os novos cálculos dos itens questionados de sobrepreço nas obras de modernização de Cajueiro Seco/Cabo, para retomada normal das mesmas e concluir os serviços até abril/2013. Retomar a construção das pontes deste trecho, após reforço do solo das cabeceiras. Dos 7 VLTs programados para serem entregues até julho/2012, cinco unidades já foram entregues até abril/2012. Resolver desapropriações dos terminais concluir a construção dos 4 restantes e inaugurar os Terminais de Tancreto Neves e Cajueiro Seco, buscando capacitar o sistema a atender o aumento da demanda, com a implantação da integração do trem ao sistema Estrutural Integrado 3 SEI da Região Metropolitana de Recife. Foi autorizado em 2010 a compra de 15 novos TUEs para operarem na Linha Sul. O contrato está em andamento com aproximadamente 10% de avanço físico e previsão de entrega do 1º TUE em Janeiro/2013 e o último até dezembro deste ano.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	3.606,00	-	-	60.060,00	Muito Baixa	Cumprir todas as exigências dos acórdãos do TCU, para retomar o ritmo normal das obras e concluir as contratações necessárias ao desenvolvimento do Projeto. Concluir prioritariamente as obras do trecho Lapa/Acesso Norte para permitir a operação comercial do sistema nesse trecho, atualmente estimada para o 1º semestre de 2012. Concluir os testes nos TUEs, contratar e treinar pessoal especializado para operar o sistema. É preocupante a possibilidade de se obter sucesso na retomada do Tramo II sem que estejam garantidos os recursos totais necessários para sua complementação nos próximos exercícios. Concluir a montagem da ponte metálica do trecho Calçada Paripe e liberar o trânsito dos trens em todo o trecho.	
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (porcentagem)	CBTU/MCidades	31/12/2007	75,40	12/2011	75,40	75,40	Alta	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Órgão Responsável				53000	Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo	Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional							
Público-alvo	Irrigantes de perímetros públicos e privados							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2011	15.184,00	-	Média	-
Consumo Anual de água em Perímetros Públicos de Irrigação (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	-
Consumo Anual de água na Agricultura Irrigada Privada (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	0,00	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1409 Desenvolvimento da Agroenergia	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva							
Público-alvo	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis							
Indicator (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Observações		
		Data	Índice					
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanco Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	31/5/2006	27,40	07/2011	31,50	29,50	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0630 Desenvolvimento da Aviação Civil

Objetivo Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade

Público-alvo Usuários e pessoal especializado da aviação civil

Este programa não apresenta indicador.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	Órgão Responsável				22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Objetivo	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos						
Público-alvo	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Consumo Interno de Café (milhão de sacas)	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2011	19,72	20,10	O crescimento de 3,11% é menor do que o esperado pela ABIC em suas previsões iniciais. As razões desta redução devem ser melhor pesquisadas, mas podem estar relacionadas ao crescimento do consumo de produtos concorrentes no café da manhã no lar. Enquanto a penetração do café no consumo doméstico permaneceu elevada (95%), mais estável, os outros produtos ou categorias novas cresceram acima de 20%, como foi o caso do suco pronto (24%) e as bebidas à base de soja (29%) . A meta da ABIC para o consumo interno - atingir 21 milhões de sacas, proposta em 2004 - talvez seja atingida apenas em 2013. Com a economia brasileira sendo impulsionada em 2012 e as previsões de crescimento do PIB, do consumo das classes C, D e E e a estimativa de crescimento de 50% para as classes A e B até 2015, é natural que o consumo de café siga crescendo.
Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	12/2011	33,60	26,60	-
Volume de Produção de Café (milhão de sacas)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2011	43,50	38,80	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC					Órgão Responsável	42000	Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Fortalecer as atividades e condições produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico							
Público-alvo	Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (real)	MinC/SEBRAE	12/11/2006	8.000.000,00	-	-	25.000.000,00	Muito Baixa	A partir de 2011, a SEC/SID tem desenvolvido as bases metodológicas e sistematizadas para a elaboração da Conta Sateélite da Cultura, como extensão do Sistema de Contas Nacionais que expande sua capacidade de análise sobre o setor cultural em formato comparável com o conjunto da economia. A criação de uma Conta Sateélite propiciará um melhor delineamento e entendimento do escopo da cultura em termos de atividades econômicas, como, por exemplo, sobre a evolução de renda e emprego do setor cultural, que possibilitará a tomada de decisões estratégicas no campo de políticas públicas do setor cultural. A Portaria Interministerial nº 130, de 23/12/10, estabeleceu a estrutura para a implementação e a manutenção das Contas de Cultura no Brasil com a instituição do seu Comitê Gestor e seu Grupo Executivo, que estão desenvolvendo os parâmetros conceituais e organizacionais que possibilitarão o levantamento e tratamento de informações quantitativas e qualitativas sobre essas atividades criativas.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1374 Desenvolvimento da Educação Especial		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade					
Público-alvo		Alunos com necessidades educacionais especiais					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	12/2010	49,25	97,00	As matrículas da educação especial acompanham o ritmo e as variações da educação básica. Diante disso, houve pedido de atualização do índice de previsão no SIGPLAN para 40% em 2010 e 55% em 2011, considerando estes índices, o alcance foi alto.
Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	12/2010	174,80	160,00	Crescente apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, com vistas à organização e à oferta do atendimento educacional especializado aos alunos público alvo da educação especial matriculados na rede pública, em classes comuns de ensino regular. Ainda amplia-se a disponibilização de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos e demais recursos para a acessibilidade, criando condições para a institucionalização do AEE nas escolas comuns, conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 04 de 2009.
Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	12/2010	113,16	100,00	As ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 3 PDE, voltadas para a acessibilidade, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, bem como para a formação continuada de professores impulsionaram o desenvolvimento inclusivo das escolas que passaram a contar com mais recursos para garantir as condições de acesso e a qualidade do processo educacional aos alunos público alvo da educação especial, nas escolas comuns da rede pública de ensino.
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	12/2010	21,90	25,00	Crescente investimento no que tange à acessibilidade arquitetônica para os próximos anos, considerando a situação precária das escolas da rede pública de ensino para atender as condições básicas de acessibilidade, como a adequação de sanitários e de vias de acesso em todas as dependências da escola. A evolução dos recursos disponibilizados para essa finalidade demonstra que a partir de 2008 ocorre um investimento de maior porte por parte do Governo Federal, entretanto evidencia-se que este ainda é insuficiente para atingir as metas do PPA 2008-2011.
Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	12/2010	74,22	68,00	A disseminação da concepção de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a organização da rede pública de ensino para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos, bem como a distribuição de materiais e recursos de acessibilidade, promovem a matrícula no ensino regular, resultando em índices positivos de desenvolvimento da política de educação especial.
Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	12/2010	99,30	97,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1374 Desenvolvimento da Educação Especial	Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)			
Objetivo	Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade						
Público-alvo	Alunos com necessidades educacionais especiais						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice da Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros %	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	12/2010	85,50	72,00	Alta
Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	12/2010	3,85	5,50	Média
Alteração do fluxo de apresentação de demandas, sendo que cada escola poderá apresentá-la por meio do PDE Intensivo via PAR, esta medida possibilitará o atendimento da real necessidade de formação de professores na educação especial, visto que as instituições públicas de educação superior integrarão a rede nacional de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica pública, atendendo regionalmente a necessidade apresentada pelo sistema de ensino.							

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade							
Público-alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (Índice numérico)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	12/2010	153,13	224,64	Média	Para atingir a meta proposta foi deflagrada a ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica que trata do PRONATEC, lançado em out/2011.
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (Índice numérico)	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	12/2010	154,74	224,64	Média	Para atingir a meta proposta foi deflagrada a ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica que trata do PRONATEC, lançado em out/2011.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária				Órgão Responsável		52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira							
Público-alvo	Usuários do sistema aeroportuário brasileiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (porcentagem)	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2011	60,00	80,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Objetivo		0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Objetivo		Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Público-alvo		Servidores da Administração Pública		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Capacitações Realizadas (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2012	34.462,00	21.500,00	-
Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaque Orçamentários (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2012	5.848,00	2.300,00	-
Número de Downloads Realizados no Site da ENAP (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2012	334.639,00	180.000,00	-
Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2012	1.177.217,00	570.000,00	-

Programa	0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)					
Objetivo	Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infraestrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações							
Público-alvo	Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº723/06, de 14 de dezembro de 2006							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (porcentagem)	Sistema ALICE	31/12/2007	7,91	01/2012	5,20	7,91	Baixa	Fortalecer os mecanismos de incentivo à cultura exportadora e à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas, especialmente mediante expansão da dotação orçamentária da Ação 201D do Programa Temático Micro e Pequenas Empresas - PPA 2012-2015; Elaboração e divulgação de uma agenda nacional de capacitações; Operacionalização do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) para financiamento à produção exportável; Adequação de fundo garantidor específico para MPÊs; Exim Bank - previsão de criação de linhas específicas para MPÊs; Criação do ACC - Adiantamento para Contrato de Câmbio para exportações de serviços; Revisão da legislação sobre consórcios de exportação; Revisão da legislação sobre comerciais exportadoras e Trading Companies; Sensibilização dos estados para desconexão do ICMS no drawback integrado e Fortalecimento dos Fóruns Permanentes Regionais das MPÊs.
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (porcentagem)	RAIS / CAGED	31/12/2007	64,23	01/2012	64,50	64,23	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentável, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País							
Público-alvo	Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2011	5,20	5,40	Alta	-
Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2011	23,70	8,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora			Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)		
Objetivo	Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional							
Público-alvo	Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	12/2011	16,34	21,00	Média	Embora nos anos anteriores, a tendência fosse de desconcentração das exportações, a crise de 2008-2009 alterou o eixo de crescimento da economia mundial. Os países em desenvolvimento passaram a ter maior dinamismo frente ao desempenho mais modesto das nações desenvolvidas. Esse quadro confirmou a China como grande protagonista do comércio internacional, com 10,7% das exportações mundiais em 2011, provocando reflexos na composição dos mercados das exportações brasileiras. À medida que uma gama de mercados tradicionais (União Europeia, Japão, Estados Unidos) reduziu o ritmo de compras do Brasil, a China praticamente puxava a recuperação das exportações brasileiras, seja pelo aumento no volume de suas compras ou pela elevação dos preços dos principais produtos brasileiros destinados àquele País, potencializando o aumento da receita das exportações do Brasil. Assim, houve uma maior concentração dos mercados das exportações brasileiras, causando redução do Índice de Concentração.
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras. (pessoa capacitadas)	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior ☐ MDIC/DECEX	10/5/2010	28,02	12/2011	23,20	27,00	Média	Durante o período de apuração, pode-se observar uma pequena queda das operações atendidas pelo Regime. Antes do ano de apuração do índice de referência, já se percebia um movimento migratório de grandes exportadores, especialmente dos setores aeronáuticos e automotivos, do Regime Especial de Drawback para o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (RECOF). Embora esse fenômeno tenha impactado mais fortemente a participação das exportações brasileiras amparadas pelo Drawback no ano de 2009, ele também influenciou negativamente o resultado apurado no final de 2011, sendo a principal causa para a redução apresentada.
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (porcentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	12/2011	36,05	55,20	Média	Dentre as causas que levaram os produtos de maior valor agregado a experimentarem perda de representatividade na pauta das exportações brasileiras, destacam-se os seguintes: a forte expansão da demanda mundial por commodities agrícolas e minerais e consequente elevação das cotações internacionais; a apreciação da taxa de câmbio, implicando artificial perda de competitividade dos produtos brasileiros, principalmente, os bens manufaturados, que são mais sensíveis ao movimento cambial e não contam com o aumento dos preços como forma de amenizar a queda na receita das exportações; a diminuição no ritmo de crescimento da atividade econômica do principal comprador de bens manufaturados brasileiros, os Estados Unidos.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora				Órgão Responsável		28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional								
Público-alvo	Seguimentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (porcentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	12/2011	26,81	10,00	Alta	A diferença, a maior, observada na taxa de crescimento das exportações, se comparado o resultado efetivo de 2011 (+26,81%) e a previsão transcrita no PPA (+10,00%), pode ser atribuída à elevação nas cotações internacionais de commodities agrícolas e minerais, itens de grande relevância na pauta das exportações brasileiras. Essa situação mostra-se mais clara ao se comparar o desempenho em quantum e em preço das vendas externas do Brasil em 2011. No acumulado de 2011, o índice de preço registrou aumento de 23,2% sobre 2010, puxado pelo incremento nas vendas de produtos básicos (31,3%), os quais contemplam grande parcela das commodities exportadas pelo país. Já o índice de quantum expandiu-se apenas 2,9% no ano, abaixo da previsão exibida no PPA, confirmando o fato de que o aumento registrado em 2011 sustentou-se preponderantemente no incremento dos preços.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)				
Objetivo	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil							
Público-alvo	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Doutores Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	04/2012	6,25	6,28	Alta	-
Índice de Mestres Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	04/2012	21,75	20,44	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)				
Objetivo	Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários							
Público-alvo	Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2011	3.779.809,00	-	Alta	-
Taxa de Emissões Primárias da Economia (porcentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2011	14,33	-	Alta	-
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2011	55,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual				Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social						
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Prazo de Análise de Contratos e Patentes de Tecnologia (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	12/2011	1,01	1,00	Alta
Prazo de Concessão de Patentes (ano)	INPI	31/12/2006	10,00	12/2011	5,40	3,50	Baixa
Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	12/2011	1,34	1,00	Média
Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)	INPI	31/12/2006	2,40	12/2011	4,25	0,80	Muito Baixa
Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	2.860,00	12/2011	2.939,00	3.807,00	Média
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	12/2011	4.476,00	4.981,00	Alta
							-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)			
Objetivo	Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional					
Público-alvo	Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2011 Índice Data	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Nível de Enquadramento das Exigências de Capitalização por Parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	30/9/2006	99,96	99,90	99,70	Alta
O resultado obtido para o indicador em novembro/2011 (última observação apurada no exercício em decorrência da defasagem de tempo para apuração do indicador em virtude da remessa das informações pela Instituições Financeiras) deve-se ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Pode-se afirmar, porém, que o Programa cumpriu com sua finalidade, uma vez que essas instituições não apresentaram risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN.						

Programa	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	Órgão Responsável				25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral							
Público-alvo	Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Afiliadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (percentagem)	SUSEP	31/3/2003	1,85	03/2012	94,87	-	Alta	-
Taxa de Participação da População Nacional nos Receitos dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)	SUSEP	31/3/2003	0,55	03/2012	659,56	-	Alta	-
Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto(PIB) (percentagem)	SUSEP	30/3/2003	0,42	03/2012	14,54	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)			
Objetivo	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública					
Público-alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Coeficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Data	Índice	Data	Índice	Tendo em vista o término do PPA 2008-2011, para que a finalidade do programa seja atingida é necessário que seja dada continuidade nas seguintes ações: 1- No que tange a adequação física das unidades operacionais, deverá haver investimento em capacitação técnica do quadro de pessoal; Manter o planejamento de manutenção predial permanente e continuar com a política de reformas adotada, adequando o recurso orçamentário com a demanda. 2- Na área de TIC, manter o planejamento realizado em 2011 de aprimorar a governança de TIC com o fortalecimento do CETIC e a elaboração do segundo PDTI da instituição. As principais licitações estruturantes da área foram realizadas em 2011, quais sejam: Contratação de empresas de desenvolvimento de sistemas e apoio de TI, renovação do parque de computadores, aquisição de servidores de alta performance além do projeto de modernização do sistema de rádio comunicação. 3- No que se refere a aquisição de viaturas, deve-se priorizar a renovação constante da frota.
		2/1/2007	56,12	03/2012	63,13	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)			
Objetivo	Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais						
Público-alvo	Municípios do semi-árido						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Interrupção de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)	Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	-
Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água (%)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável		Órgão Responsável		53000 Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo		Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional					
Público-alvo		População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas
Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE..	-	-	-	-	-	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas
Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Implementar o FDCO
Investimentos em Inovação tecnológica (%)	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculadas a outras iniciativas
Variação anual da renda per capita sub-regional e regional (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Redefinição de indicadores capazes de refletir o impacto das ações do programa vinculados a outras iniciativas

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura				Órgão Responsável	58000	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	
Objetivo	Desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego							
Público-alvo	Aquicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Originada da Aquicultura (toneladas)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	02/2012	613.000,00	570.000,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca	Órgão Responsável	58000	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)			
Objetivo	Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais						
Público-alvo	Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (Kg/hab/ano)	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	12/2011	9,75	9,00	O consumo de Pescado no país em 2010 foi de 9,75 Kg/hab./ano, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Desse total, 66% do pescado consumido é produzido no Brasil (Boletim Estatístico MPA 2010).
Produção Originada da Pesca (tonelad/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	12/2011	785.366,30	870.000,00	Os dados referem-se à pesca extrativa marinha e continental. A produção total da pesca extrativa no Brasil foi de 785.366 t em 2010, caracterizando um decréscimo de 0,7% em relação a 2008 e 4,8% em relação a 2009. A pesca marinha foi responsável por 68,3 % da produção total nacional oriunda da pesca extrativa em 2010 (536.455 t), o que representou uma redução de 8,4% em relação a 2009 (585.671 t). Para a pesca continental, o cenário foi oposto, uma vez que se registrou um aumento de 4% na produção entre 2009 e 2010, com 239.493 t e 248.911 t respectivamente. Como consequência, a contribuição da pesca continental para o total da pesca extrativa aumentou de 29% em 2009 para aproximadamente 31,7% em 2010 — Boletim Estatístico MPA 2010.



Programa	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau				Órgão Responsável		22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental								
Público-alvo	Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ ha)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE	31/12/2002	650,00	01/2012	1.765,98	1.300,00	Alta	-	
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	01/2012	37,05	0,00	Média	A metodologia de apuração deste indicador ambiental foi objeto de aperfeiçoamento continuado em todo o ciclo do PPA 2008-2011. Isso redundou na necessidade de ajuste das informações diante de um esforço de compatibilização com a legislação ambiental em cada Bioma. Utilizando-se o Sistema de Gestão da Extensão Rural da CEPLAC - SisCENEX, com nova base de dados, conceber-se-a um indicador de conservação ambiental, ao invés do atual índice de degradação, para o monitoramento da estratégia institucional desenhada para o período de 2012 a 2022.	
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	01/2012	27,82	0,00	Baixa	A metodologia de apuração deste indicador social sofreu necessidade de ajuste em razão da inexistência de cálculo da PEA nos municípios de interior. A compatibilização se deu com a apuração por município atendido em cada Estado, consolidando-se por meio da média ponderada. Para o monitoramento da estratégia institucional, delineada para o período de 2012 a 2022, adotou-se a nova base de dados específica utilizando-se o Sistema de Gestão da Extensão Rural da CEPLAC - SisCENEX, assim como conceber-se-a um indicador que aferiria o índice de ocupação por unidade de área explorada pela agropecuária regional usando uma fórmula que seja unidade de trabalho por hectare cultivado.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento					Órgão Responsável		49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária								
Público-alvo	Famílias assentadas								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto		Observações
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	31/12/2006	8,25	12/2011	0,00	8,64	Muito Baixa		Para a consolidação de projetos de assentamento é necessário acelerar e concluir as obras e serviços básicos nos projetos de assentamento a serem consolidados tais como: estradas, abastecimento de água e energia, com efetivação de parcerias com governos estaduais e municipais, bem como medir e demarcar e georreferenciar as áreas dos projetos. Além disso, é necessário rever os normativos relativos à titulação das famílias e consolidação, objetivando o aprimoramento do processo.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Órgão Responsável				49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia						
Público-alvo	Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	01/2012	30,66	60,00	Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011. Não cabem medidas corretivas: esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015
Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	01/2012	32,66	62,22	Da mesma forma que para os demais indicadores, não cabem medidas corretivas: esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015. Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011.
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	21,33	01/2012	35,56	53,00	Da mesma forma que para os demais indicadores, não cabem medidas corretivas: esses indicadores não foram mantidos para o PPA 2012-2015. Conforme descrito na justificativa a seguir, os indicadores estabelecidos para o Programa não puderam ser alcançados principalmente em função da não incorporação de novos territórios ao processo, conforme previsto inicialmente quando da elaboração do PPA 2007-2011.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias							
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agropedistritas, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Tecnologias Protegidas no âmbito do Agronegócio Nacional (unidade por ano)	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - MAPA	30/7/2007	1.000,00	12/2011	1.830,00	1.750,00	Alta	-
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas (%)	SISCOMEX e FAO	31/12/2002	0,60	12/2011	0,00	2,60	Alta	-
Taxa de Participação de Associações de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira (%)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	31/12/2006	0,51	12/2011	0,62	0,60	Alta	-
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	12/2011	0,24	0,21	Alta	-
Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo (%)	Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.	30/6/2003	21,10	12/2011	40,00	32,50	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia					Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético							
Público-alvo	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	MME	31/12/2003	10,00	12/2011	0,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior		Órgão Responsável		35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)	
Objetivo		Ampliar o conhecimento de governos e países estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país					
Público-alvo		Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)	Departamento Cultural/MRE	21/8/2003	20.000,00	01/2012	41.500,00	30.000,00	-
Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	01/2012	2.477,00	2.500,00	-
Número de Eventos Apoiados (unidade)	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	01/2012	793,00	880,00	-

Programa	0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis						Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis								
Público-alvo	Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)	Petrobras Distribuidora	31/12/2003	86,00	12/2011	96,60	98,00	Alta	-	
Taxa de frequência de Acidentados com Afastamento - TPFA (taxa)	Petrobras Distribuidora S.A.	31/12/2003	1,12	12/2011	0,43	0,48	Alta	-	
Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível (percentagem)	Agência Nacional de Petróleo	31/12/2003	31,50	12/2011	39,20	38,60	Alta	-	
Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)	Liquigás Distribuidora.	31/12/2004	21,60	12/2011	22,80	23,20	Alta	A meta deste indicador foi revisada na ocasião da etapa qualitativa do PLOA 2011, sendo alterada para 22,8%, em alinhamento ao último Plano de Negócios aprovado. A meta de 23,2% foi revista para 22,8%, em função das perspectivas do ano de 2010, que já apontavam para uma realização de share inferior ao estimado, em função de várias circunstâncias, como: concorrência de mercado, entrada do gás natural, menor consumo na indústria, entre outros. Desta forma, o último PN aprovado (2011-2015) já contemplou este ajuste no share.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica		Órgão Responsável		20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	
Objetivo		Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República					
Público-alvo		Sociedade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (unidade)	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	12/2011	0,01	-	-
Quantidade de Acessos ao Site da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (unidade)	Imprensa Nacional	-	-	12/2011	488.323.600,00	-	-
Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	12/2011	1.575,00	-	-
Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (percentagem)	Imprensa Nacional	-	-	12/2011	0,01	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	Órgão Responsável					53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo							
Público-alvo	Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marinha							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.	
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.	
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (percentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	Órgão Responsável	38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)				
Objetivo	Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário						
Público-alvo	Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogerenciadas, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice da Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Trabalhadores Inscritos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	1.250.000,00	12/2011	2.347.012,00	2.100.000,00	Alta
Porcentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2011	47,00	50,00	Alta
Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (porcentagem)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,59	12/2010	0,33	1,00	Baixa
O faturamento médio anual dos EES, segundo os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 406.281,66, totalizando 12,5 bilhões ano. Utilizado o PIB 2010 de 3,7 trilhões, o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,33%. Vale ressaltar que 7.740 EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o valor apurado. Além disso, em 2007 houve uma alteração na metodologia para o cálculo do PIB, contribuindo para prejudicar o resultado inicialmente previsto. Para melhorar o desempenho econômico dos empreendimentos econômicos solidários, faz-se necessário avançar na institucionalização de políticas públicas que garantam o acesso a conhecimentos (qualificação, assistência técnica e tecnologias sociais), de acesso a infraestrutura e crédito para melhoria dos processos produtivos e de acesso aos mercados, incluindo as pequenas empresariais.							



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis							
Público-alvo	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e gerenciadores diretos de recursos ambientais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	12/2011	486,00	400,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1350 Educação do Campo (PRONERA)	Órgão Responsável				49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária							
Público-alvo	Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	12/2011	55,72	56,48	Alta	Necessidade de ampliação da dotação orçamentária para que possamos atingir o maior número de alunos em sala de aula. Capacitação das equipes técnicas para operacionalização dos diversos instrumentos de parcerias.
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/INEP/MEC	31/12/2004	11,00	12/2011	15,58	10,40	Baixa	É necessária a ampliação da dotação orçamentária do Pronem para que se possa aumentar o número de parcerias com as instituições de Ensino Públicas e Privadas sem fins lucrativos para realização de mais parcerias visando alargar o número de alunos atendidos. Ampliação do quadro de pessoal dos INCRA e também ampliação de qualificação técnica profissional para os servidores.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1402 Educação em Direitos Humanos		20121		Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)		Órgão Responsável			
Objetivo		Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos									
Público-alvo		Sociedade brasileira									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações			
		Data	Índice	Data	Índice						
Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	31/12/2006	5,00	05/2012	2,00	10,00	Alta	-			
Número de Pessoas Capacitadas em Temas de Direitos Humanos (unidade)	SEDH/PR	31/12/2006	18.000,00	05/2012	42.618,00	50.000,00	Alta	-			
Quantidade de Mandatos com Comitês de Educação em Direitos Humanos (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2005	25,00	-	-	30,00	Média	-			
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2007	14,00	-	-	21,00	Alta	Nesta ação em 2011 não foram implantados comitês pois foi necessário transferir recursos para a ação de capacitação em decorrência de cortes orçamentários.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8010 Educação Fiscal	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)				
Objetivo	Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos							
Público-alvo	Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Abrangência Municipal (percentagem)	ESAF	30/4/2003	30,00	-	-	80,00	-	-
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	7,00	-	-	25,00	-	-
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	6,53	-	-	30,00	-	-
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (percentagem)	Esaf	12/12/2004	5,57	-	-	25,00	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	1377 Educação para a Diversidade e Cidadania	Órgão Responsável				26000	Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar						
Público-alvo	Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,65	12/2011	0,56	0,77	Em 2012 o MEC implementará o Programa Nacional de Educação do Campo-PRONACAMPO, com um conjunto de ações que assegurem o acesso e a qualidade de ensino às populações do campo.
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	05/2011	0,51	0,51	Implementação de um programa de educação escolar indígena que atenda as especificidades da infraestrutura das escolas, material didático, formação de professores e qualidade da educação indígena em todas as etapas e modalidades.
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,78	12/2011	0,87	0,90	-
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,84	12/2011	0,84	0,93	Implantação de ações afirmativas que permitam o acesso e permanência de jovens e adultos negros no ensino médio e educação superior.
Índice de Igualdade de Gênero (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,97	04/2012	1,00	1,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1079 Educação Previdenciária	Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)				
Objetivo	Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país População brasileira							
Público-alvo	População brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice					
Indicador de Cobertura Social (porcentagem)	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2010	67,00	65,33	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1046 Eficiência Energética	Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia					
Público-alvo		Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Energia Elétrica Economizada (gwh)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCEL	31/12/2003	1.270,00	12/2011	6.696,00	3.550,00	-
Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1044 Energia Alternativa Renovável				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais							
Público-alvo	Concessionárias, permissionárias, agentes produtores e consumidores de energia elétrica							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	12/2011	12,16	-	Alta	-
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (porcentagem)	MME	31/12/2007	-	-	-	1,10	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0294 Energia na Região Nordeste			Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Ampliar a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste						
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	12/2011	137,40	350,00	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	12/2011	95,00	775,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0297 Energia na Região Norte	Órgão Responsável				32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional						
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Norte						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2011	543,60	1.204,00	As medidas corretivas necessárias foram definidas nas reuniões do SGPAC.
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2011	95,00	-	As medidas corretivas necessárias foram definidas nas reuniões do SGPAC.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0295 Energia na Região Sul		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)		Órgão Responsável	
Objetivo		Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul							
Público-alvo		Consumidores de energia elétrica da Região Sul							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.855,00	12/2011	1.162,40	409,00	Alta	-	
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2011	261,00	151,00	Alta	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste					Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste								
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações		
		Data	Índice	Data	Índice				
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2011	1.837,00	280,00	-		
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2011	2.281,00	606,00	-		

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1042 Energia nos Sistemas Isolados				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados							
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2011	0,00	240,00	Muito Baixa	Concluir a instalação da geração térmica adicional prevista para o interior dos estados em 2012.
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2011	0,00	-	Alta	-
Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados (%)	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2011	22,15	21,46	Média	Continuar a implementação pela Eletrobras do Programa de Modernização do Sistema de Comercialização e Redução de Perdas.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo		Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos				
Público-alvo		Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Observações
		Data	Índice	Data	Índice	
Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	0,00	02/2012	54,00	-
					35,00	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1142 Engenho das Artes	Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	185,00	12/2011	221,00	-	Alta	-
Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (porcentagem)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	1.473,00	12/2011	3.235,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0640 Ensino Profissional da Aeronáutica

Objetivo Fornar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica

Público-alvo Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0633 Ensino Profissional da Marinha

Objetivo Fornar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil

Público-alvo Marinha do Brasil

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0685 Ensino Profissional Diplomático	Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)			
Objetivo	Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro						
Público-alvo	Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CAACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	01/2012	4,45	4,75	-
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (porcentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	01/2012	98,14	100,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0638 Ensino Profissional do Exército

Objetivo Fornar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro

Público-alvo Exército Brasileiro

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0107 Erradicação do Trabalho Escravo				Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	
Objetivo	Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo								
Público-alvo	Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto		Observações
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Trabalhadores Libertados (unidade)	SIT/MTE	9/8/2006	1.741,00	12/2011	2.271,00	2.800,00	Média		O objetivo da DETRAE não se pauta em números de "trabalhadores resgatados", mas sim, em maior número de estabelecimentos fiscalizados, para os quais havia indícios de trabalho em condições análogas à de escravo. Com efeito, em decorrência de denúncias (CPT, MPT, PF ou SRTE/MTE) as operações são planejadas; contudo, caso não se encontre "trabalho escravo", com resgate de trabalhadores, a DETRAE também alcançou o seu objetivo, uma vez que abordou efetivamente estabelecimento denunciado. De qualquer forma, o número de 2.271 trabalhadores resgatados não pode ser desprezado, ainda que abaixo do previsto, pois ainda acusa que trabalho em condições análogas à escravo é uma realidade ainda não erradicada no território brasileiro. Para o ano de 2012, estamos planejando as operações para regiões ainda não abordadas; com base em parceria com as regionais e fruto de uma melhor triagem de denúncias, combinando o binômio maior quantidade de estabelecimentos X trabalhadores a serem resgatados.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0068 Erradicação do Trabalho Infantil	Órgão Responsável				55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos						
Público-alvo	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Trabalho Infantil (percentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	24/9/2005	7,20	-	-	-	Está sendo reforçado as ações de ampliação da identificação do trabalho infantil, com o cadastramento dessas crianças e adolescentes e preenchimento dos campos específicos de trabalho infantil no Cadastro Único, relativo à situação trabalho infantil.
						Média	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1250 Esporte e Lazer da Cidade	Órgão Responsável	51000 Ministério do Esporte (ME)					
Objetivo	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo inclusão social							
Público-alvo	Famílias com renda de até 2 salários mínimo per capita e sem rendimento							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (porcentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	12/2011	3,44	10,00	Baixa	O índice alcançado não reflete corretamente os resultados do Programa, uma vez que esse indicador contempla somente duas das ações inscritas no Programa. De todo modo, é preciso aprimorar a relação federativa para ampliar a efetividade dessas políticas.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	Órgão Responsável	26000 Ministério da Educação (MEC)
----------	---	-------------------	------------------------------------

Objetivo	Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional
----------	--

Público-alvo	Governo e Comunidade Acadêmica
--------------	--------------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval							Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior								
Público-alvo	Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-	
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-	
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-	
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (porcentagem)	FMM	-	-	-	-	-	-	-	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação						
Público-alvo	Pesquisadores; estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	12/2011	70,70	70,50	Alta
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	12/2011	63,40	65,00	Média
O incremento da formação de doutores não é algo a ser observado de forma imediata, uma vez que a formação de um doutor ocorre em um ciclo médio de quatro anos. E ainda, a apuração do índice é bianal. Além disso o CNPq tem atuado no sentido de dar maior visibilidade e acessibilidade ao Diretório dos Grupos de Pesquisa a fim de que os novos doutores, incorporados às ICTs, sejam incorporados ao Diretório. O que acredita-se, irá impactar positivamente esse índice.							
Taxa de Egressos do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (percentagem)	CNPq	31/12/2007	33,00	12/2011	34,01	33,00	Alta
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	47,00	12/2011	49,82	47,00	Alta
-							

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Órgão
Responsável

Programa 1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública

Objetivo Promover ações de desenvolvimento institucional e de eliminação da gestão das organizações públicas alinhadas a nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos

Público-alvo Administração Pública
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (ME)
----------	--	-------------------	-------	----------------------------

Objetivo	Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão			
----------	---	--	--	--

Público-alvo	Municípios
--------------	------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1136 Fortalecimento da Gestão Urbana		Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MCidades)	
Objetivo		Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional					
Público-alvo		Prefeituras municipais					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de pessoas capacitadas em planejamento e gestão urbanos (-)	PNCC (Programa Nacional de Capacitação das Cidades) - MCidades	31/12/2008	10.000,00	12/2011	38.306,00	40.000,00	Alta
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (porcentagem)	IBGE	1/1/2001	81,50	05/2010	97,38	0,00	Alta
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	55,00	05/2010	87,16	100,00	Média
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	Ministério das Cidades	31/12/2009	5,00	12/2010	13,00	15,00	Alta
							-
							O Ministério não desenvolve ações de apoio a implementação de cadastro imobiliário, sendo que até o momento as ações se voltaram na construção de legislação federal para estabelecer orientação quanto ao uso do instrumento
							Os dados relativos à pesquisa realizada em 2011 ainda não foram publicados, de modo que não foi possível informar o índice atualizado do ano de 2011

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0154 Garantia e Acesso a Direitos	Órgão Responsável				20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo	Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania							
Público-alvo	Sociedade brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (porcentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,00	05/2012	20,00	20,00	Alta	Em processo de mobilização e implantação

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1115 Geologia do Brasil	Órgão Responsável				32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral						
Público-alvo	Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Porcentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (porcentagem)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2011	54,60	0,00	A área recoberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 em 2011 (cerca de 36.000 km2) correspondeu a média histórica desde 2003. As medidas necessárias para incrementar a produção de mapas geológicos acima dessa média depende do recrutamento de especialistas em mapeamento geológico, havendo tratativas da CPRM em andamento para a realização de concurso público até setembro de 2012.
Porcentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.00 (%)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2011	17,40	0,00	A área recoberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 em 2011 (cerca de 84.000 km2) correspondeu a média histórica desde 2003. As medidas necessárias para incrementar a produção de mapas geológicos acima dessa média depende do recrutamento de especialistas em mapeamento geológico, havendo tratativas da CPRM em andamento para a realização de concurso público até setembro de 2012.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas				Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária							
Público-alvo	Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidos com a questão agrária e agrícola							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	12/2012	57,32	68,50	Média	-
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	12/2012	71,00	68,50	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Órgão
Responsável

Programa 0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Objetivo *Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*

Público-alvo *Governo e sociedade brasileiros*

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0360 Gestão da Política Agropecuária	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro							
Público-alvo	Governo Federal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	01/2012	100,00	100,00	Alta	-
Índice de Capacitação em Competências (hora)	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2011	45,00	70,00	Média	-
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2011	0,00	90,00	Muito Baixa	-
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)	CMU / COPLAN / SPOA / SE -MAPA	1/1/2007	5,00	02/2012	52,00	45,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

58000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Órgão
Responsável

Programa 1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca

Público-alvo Governo Federal

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (ME)
----------	---	-------------------	----------------------------------

Objetivo	Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.		
----------	---	--	--

Público-alvo	Governo Federal
--------------	-----------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Órgão
Responsável

Programa 0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo
Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado

Público-alvo Sociedade

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Órgão
Responsável

Programa 8006 Gestão da Política de Comunicações

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0173 Gestão da Política de Cultura	42000	Ministério da Cultura (MinC)	Órgão Responsável
----------	------------------------------------	-------	------------------------------	-------------------

Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura
----------	--

Público-alvo	Governo
--------------	---------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0625 Gestão da Política de Defesa Nacional

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Órgão
Responsável

Programa 0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II****Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

Programa	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	--	--------------------------	---

Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
-----------------	--

Público-alvo	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
---------------------	---

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	Órgão Responsável	56000 Ministério das Cidades (MCI)idades)
----------	---	-------------------	---

Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito
----------	---

Público-alvo	Governo
Este programa não apresenta indicador.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos					Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e o controle dos programas na área de Direitos Humanos							
Público-alvo	Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos ao Portal do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (-)	Secretaria Especial de Direitos Humanos	-	-	01/2012	10.028,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1067 Gestão da Política de Educação	26000	Ministério da Educação (MEC)	Órgão Responsável
----------	-------------------------------------	-------	------------------------------	-------------------

Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
----------	---

Público-alvo	Governo
--------------	---------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		Órgão Responsável		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)	
0276 Gestão da Política de Energia							
Objetivo		Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia					
Público-alvo		Governo					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2011	24.375,00	20.285,00	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	12/2011	8.875,00	2.464,00	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	12/2011	1.425,00	320,00	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2011	82.458,00	89.325,00	Promover ações de mitigação dos impactos socioambientais negativos devidos à implantação de projetos hidroelétricos.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2011	117.135,00	112.394,00	-
Consumo de Energia Elétrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	12/2011	501.422,00	470.009,00	-
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	01/2012	104.005,00	99.503,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Órgão
Responsável

Programa 1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Órgão
Responsável

Programa 0757 Gestão da Política de Integração Nacional

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Órgão
Responsável

Programa 0511 Gestão da Política de Meio Ambiente

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Órgão
Responsável

Programa 0087 Gestão da Política de Previdência Social

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados

Órgão
Responsável

25000 Ministério da Fazenda (ME)

Objetivo Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo

Público-alvo Agentes econômicos e cidadãos

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0016 Gestão da Política de Saúde		Órgão Responsável		36000 Ministério da Saúde (MS)	
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde							
Objetivo							
Público-alvo							
Governo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2011	100,00	Alta	-
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2011	80,20	Alta	-
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2011	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	12/2011	80,00	Alta	-
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	12/2012	68,30	Média	A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) deverá aprimorar e intensificar o controle dos registros de aprovação de Planos Municipais de Saúde pelos Conselhos Municipais de Saúde dos municípios brasileiros.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Órgão
Responsável

Programa 0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

54000 Ministério do Turismo (MTur)

Órgão
Responsável

Programa 1001 Gestão da Política de Turismo

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0225 Gestão da Política dos Transportes

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1266 Gestão da Política Econômica	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (ME)
----------	-----------------------------------	-------------------	-------	----------------------------

Objetivo	Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nos âmbitos fiscal, monetário, industrial, agrícola, tarifário, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais
----------	--

Público-alvo	Governo e sociedade
--------------	---------------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Órgão
Responsável

Programa 0683 Gestão da Política Externa

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores

Governo

Público-alvo

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Órgão
Responsável

Programa 0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos

Público-alvo Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
----------	---	-------------------	---

Objetivo Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas

Público-alvo Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

20128 Secretaria Especial de Portos (SEP)

Órgão
Responsável

Programa 1470 Gestão da Política Portuária

Objetivo Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos ou borgeados às suas docas

Público-alvo Governo Federal

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas				Órgão Responsável	20222	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)			
Objetivo	Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero										
Público-alvo	Órgãos governamentais e entidades não-governamentais										
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
			Data	Índice	Data	Índice					
Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres		-	-	-	-	-	Média	-		

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

51000 Ministério do Esporte (ME)

Órgão
Responsável

Programa 0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Órgão
Responsável

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (ME)
Objetivo	Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal			
Público-alvo	Governo Federal e sociedade			
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011
		Data	Índice	
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (porcentagem)	IBGE	31/12/2003	9,30	12/2011
				6,50
				-
				Alta
Apesar da variação do IPCA ter aumentado de 5,91% em 2010, para 6,50% em 2011, a taxa de inflação manteve-se dentro do intervalo de tolerância fixado pelo Conselho Monetário Nacional (+/- 2 pp da meta de 4,5%), e configurando o oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta. O aumento registrado na inflação em 2011 refletiu, em parte, a concentração atípica de reajustes de preços administrados, ocorrida no primeiro trimestre do ano, e a inércia ainda resultante de choques de oferta domésticos e externos observados no último trimestre de 2010. Nesse contexto, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou trajetória crescente até setembro, quando então inverteu a trajetória.				

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

20101

Órgão
Responsável

Programa 1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República

Governo

Público-alvo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos		
Público-alvo	Servidores públicos federais		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)			
Objetivo	Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável						
Público-alvo	Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzeanetas e quilombolas)						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	01/2012	269,55	146,29	-
						Alta	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público		
Público-alvo	Governo Federal, demais esferas de Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0570 Gestão do Processo Eleitoral	Órgão Responsável				14000	Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)
Objetivo	Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional						
Público-alvo	Eleitores, partidos políticos e sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	4,00	12/2011	7,68	2,76	-
Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	40,00	12/2011	14,70	17,60	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Órgão
Responsável

Programa 0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça

Público-alvo Governo

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8002 Governo Eletrônico	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação		
Público-alvo	Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		9991 Habitação de Interesse Social		Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MCI/cidades)	
Objetivo		Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural					
Público-alvo		Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	-	-	4.886.666,00	Alta
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	-	-	5.211.361,00	Alta
						Observações	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura (MinC)			
Objetivo	Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos étnicos, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares					
Público-alvo	Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice	
Evolução da Demanda (-)	SID/MINC	14/5/2009	0,00	03/2012	0,00	Muito Baixa O índice previsto era de um aumento de 20% e o alcançado foi uma redução de 68%. Como não é possível inserir sinal de menos no campo do formulário SIGPLAN, inserimos 0,00. Com a mudança de PPA, o Programa Brasil Plural deixa de existir. A evolução da demanda será acompanhada mas agora incluindo uma fórmula de cálculo que considere a junção dos escopos dos programas Brasil Plural e Cultura Viva, em curso no Ministério da Cultura.
Índice de Demanda Contemplada (-)	SID/MINC	14/5/2009	23,00	03/2012	12,70	Baixa
Índice de Público Diretamente Beneficiado (PubDirBen) (Proporção)	SID/MINC	-	0,00	-	0,00	Alta Mostrou-se inviável a apuração do índice no exercício. Medida: A) Se o SNIC for implantado; preparação do sistema para apuração do índice; B) Se o SNIC não for implantado, busca de alternativa tecnológica para apuração do índice;
Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)	MINC/SID	1/12/2006	144,00	03/2012	400,00	Alta -

Programa	1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais							
Público-alvo	População brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção de Atividade Física e de Lazer Implantados (%)	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2011	62,00	87,00	Alta	Este indicador deverá sair do PPA, pois foi retornado do PACTO e será substituído pelo programa Academia da Saúde.
Percentual de Municípios Prioritários com Projetos Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	0,00	12/2011	90,54	87,00	Alta	-
Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	16,20	12/2011	15,00	12,20	Alta	-
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)	Ministério da Saúde/SVS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2011	8,00	8,00	Alta	-
Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SVS	31/12/2007	20,00	01/2012	98,00	60,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1008 Inclusão Digital	Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)		
Objetivo	Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico					
Público-alvo	Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice			
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br	7/1/2006	27,82	11/2010	41,00	48,90
						O índice apurado em 2011 ainda não se encontra disponível para consulta em www.cetic.br . Por esta razão, utiliza-se o último índice apurado, referente a novembro de 2010. Mesmo que indisponível os dados de 2011, observa-se que houve uma melhora significativa em relação ao índice de referência, demonstrando, ainda que não completamente, êxito na política de inclusão digital atualmente adotada. Desta forma, é necessário que as políticas de desconexão de equipamentos e infraestrutura já em execução sejam mantidas e que as ações de Inclusão Digital adotadas continuem a proporcionar acesso à população, principalmente às de baixa renda e que se encontram na zona rural do país.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1245 Inclusão Social pelo Esporte	Órgão Responsável				51000	Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social						
Público-alvo	Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	12/2011	80,00	45,00	Aprimorar o tratamento dos dados de maneira a definir adequadamente as políticas necessárias a redução da reincidência. Além disso, o aprimoramento da política penitenciária, de modo geral, guarda relação com a redução da reincidência.
						Média	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Órgão
Responsável

Programa 0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Objetivo Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei

Público-alvo Beneficiários definidos em Lei

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0285 Indústria Petroquímica			Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado							
Público-alvo	Consumidores de produtos petroquímicos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	7,10	12/2011	100,00	90,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Objetivo		Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país					
Público-alvo		Governo e sociedade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Avaliação do Usuário (m3/habitante/ano)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	9,46	12/2011	9,55	9,40	Alta
Expectativa do Usuário (m3/habitante/ano)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	8,04	12/2011	8,19	8,20	Alta
Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDIEG) (porcentagem)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2009	110,00	12/2011	32,30	18,00	Alta
Taxa de Resultados Alcançados (porcentagem)	Coordenação de Planejamento e Supervisão / Diretoria-Executiva / IBGE	31/12/2008	100,00	07/2011	100,00	100,00	Alta
Taxa de Satisfação do Usuário (porcentagem)	IBGE	31/12/2008	117,63	12/2011	116,62	114,60	Alta
Tempo de Resposta - Média (número de projetos, programas e ações, sem casa decimal)	Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI / IBGE	31/12/2008	2,10	01/2011	0,60	2,50	Alta

Programa	0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia				Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)		
Objetivo	Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região							
Público-alvo	O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazonenses; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (percentual %)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO/ Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	12/2011	62,20	90,00	Média	A fórmula de cálculo do indicador é composta por três taxas de atendimento aos órgãos parceiros em diferentes áreas de atuação do Censipam com pesos equivalentes: meteorologia, inteligência e sensoriamento remoto. Tais taxas correspondem a 99,6%, 87,0% e 0% em cada área respectivamente. Pontualmente infere-se que a taxa de atendimento das demandas de sensoriamento remoto declinou a taxa global. Ocorre que, em novembro de 2011, a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República demandou ao Censipam o imageamento de aproximadamente 5.816 Km² da Terra Indígena Kayabi, localizada no Estado do Mato Grosso, em razão do compromisso do governo federal em iniciar os trabalhos de demarcação das terras com o apoio das Forças Armadas, reivindicação antiga da população local. No entanto, a missão não ocorreu devido as condições meteorológicas, adicionado ao fato que o esforço aéreo do 2º/6ª Grupo de Aviação já havia sido atingido naquele ano.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0515 Infra-Estrutura Hídrica				Órgão Responsável			53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade								
Público-alvo	Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos; concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Adução de Água Bruta (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	-	-	
Reserva de Água em Barramentos e Açudes (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	12/2011	88,00	-	-	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações				Órgão Responsável		41000	Ministério das Comunicações (MC)
Objetivo	Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações							
Público-alvo	Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)	Fundação CPqD, FINEP e BNDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	12/2011	21,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda			Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)		
Objetivo	Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego							
Público-alvo	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aproveitamento de Vagas (porcentagem)	SINE	2/1/2006	50,00	12/2011	36,33	40,90	Média	O dado revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descausamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Visando inclusive aumentar o percentual de aproveitamento das vagas, o Ministério do Trabalho e Emprego concluiu em 2011 a implantação do Portal MTE Mais Emprego, o qual possibilita um melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando assim o resultado desse indicador.
Taxa de Captação de Vagas (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	12/2011	12,50	17,94	Alta	-
Taxa de Cobertura do Abono Salarial %	CGSAP/DESSPPE/MTE	1/1/2007	94,09	12/2011	93,82	97,78	Alta	-
Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego %	CGSAP/DESSPPE/MTE	1/1/2007	62,77	12/2011	75,65	81,92	Alta	-
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no Mercado de Trabalho Formal (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	12/2011	4,54	7,05	Média	Para melhorar a cobertura do Sist. Pub. de Emp. Trab. e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal, o MTE implantou em 2011 o Sist. MTE Mais Emprego, que possibilita melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando o resultado das ações e deste indicador, o qual demonstra a Relação percentual entre os trabalhadores colocados ou recolocados pelo SINE e o total das admissões registradas pelo CAGED. Outro esforço do MTE é o aumento da rede de atendimento do Sine, além do aumento dos recursos orçamentários para as ações IMO, HSD e QSP, a fim de melhorar as ações proativas na promoção do trabalhador a uma vaga de emprego. Essas três ações, embora sejam pilares do Programa de Seguro-Desemprego, ainda constam do Orçamento da União como discretionárias, tendo cortes orçamentários recorrentes, ficando com recursos insuficientes para expansão da rede Sine, bem como p/ prestação de serviço mais eficaz ao cidadão.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1036	Integração de Bacias Hidrográficas				Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica								
Público-alvo	Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m³/s)	SIH/MI	1/1/2003	75,00	-	-	-	-	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0641 Inteligência Federal	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
----------	---------------------------	-------------------	---

Objetivo Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no Interesse do Estado e da Sociedade

Público-alvo Presidência da República

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA				Órgão Responsável		28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá							
Público-alvo	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana - AP							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2011	2,13	1,80	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0168 Livro Aberto	Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2012	0,43	0,00	Alta	-

Programa	0273 Luz para Todos	Órgão Responsável				32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água						
Público-alvo	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006	38,09	12/2011	99,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006	52,05	12/2011	121,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006	53,81	12/2011	11,00	-	A Eletrobrás está atuando junto à Concessionária com o objetivo de conseguir solucionar a pendência.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	34,41	12/2011	84,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006	95,92	12/2011	109,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006	97,98	12/2011	1.478,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006	95,18	12/2011	0,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006	19,95	12/2011	90,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006	20,77	12/2011	35,00	-	O MME fez gestões junto ao Governo Estadual e a Concessionária para solucionar as pendências apresentadas
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006	75,05	12/2011	0,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006	70,21	12/2011	49,00	-	O contrato da Eletrobrás com a Concessionária foi providenciado
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006	63,30	12/2011	6.268,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2011	47,00	-	A Concessionária encontrou dificuldade de contratar mão de obra qualificada para viabilizar o alcance da meta contra a Eletrobrás. A Concessionária deverá procurar mão de obra em outras regiões.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2011	10,00	-	As licitações foram novamente realizadas com o mesmo resultado. Quanto ao sistema isolado a medida corretiva será a definição por parte da ANEEL sobre a cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas isolados

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa		0273 Luz para Todos		Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água					
Público-alvo		População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá (%)	MME	-	-	12/2011	21,00	-	Muito Baixa A Eletnorte equacionou parte dos problemas relacionados com as empreiteiras, a CEA disponibilizou os terrenos para construção de subestação e o licenciamento ambiental foi concedido.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amazonas (%)	MME	31/12/2006	14,03	12/2011	44,00	-	Baixa Para os sistemas isolados a medida corretiva será a definição por parte da ANEEL quanto à cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%)	MME	31/12/2006	55,32	12/2011	98,00	-	Alta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Espírito Santo (%)	MME	31/12/2006	56,96	12/2011	87,00	-	Alta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (%)	MME	31/12/2006	41,04	12/2011	177,00	-	Alta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	37,34	12/2011	60,00	-	Média O MME atuou junto à Concessionária para solução dos problemas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%)	MME	31/12/2006	76,64	12/2011	87,00	-	Alta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%)	MME	31/12/2006	9,96	12/2011	38,00	-	Baixa A Cepisa lançou novas licitações para substituir empreiteiras com baixa realização
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro (%)	MME	31/12/2006	64,13	12/2011	86,00	-	Alta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte (%)	MME	31/12/2006	85,46	12/2011	0,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (%)	MME	31/12/2006	49,07	12/2011	0,00	-	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)	MME	31/12/2006	64,48	12/2011	136,00	-	Alta
Número de Unidades Consumidoras Atendidas - Nacional (unidade)	MME	31/12/2006	1.038.580,00	12/2011	247.862,00	-	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Órgão
Responsável

Programa 0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Objetivo Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego

Público-alvo Usuários das rodovias federais

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1109	Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil	Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)		
Objetivo	Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil						
Público-alvo	Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	Média 40,00	A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações. Os indicadores foram revisos para o PPA 2012-15.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas				Órgão Responsável		24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental							
Público-alvo	Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	12/2011	95,00	92,00	Alta	-
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	31/12/2007	45,00	12/2011	60,00	60,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade				Órgão Responsável		28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo								
Público-alvo	Setor produtivo; sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Nível de Percepção Institucional Junto à População Brasileira (bolsas concedidas)	Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa - ACAMEP	1/2/2010	80,08	01/2012	82,61	83,00	Alta	O indicador tem evoluído ao longo dos últimos anos e obteve 99,5% de alcance em relação a meta pactuada. O Inmetro foi avaliado como uma instituição eficiente ou muito eficiente por 69,9% dos entrevistados, pouco eficiente por 14,7% e 15,4% não souberam opinar. Assim o nível de percepção institucional para a sociedade brasileira é de 82,61%. A título de comparação com o Inmetro foram pesquisadas as seguintes instituições: Precon, Correios, Enbrapa, Anatel, ANEEL, Anvisa, INSS. O Inmetro ocupou o segundo lugar no ranking de eficiência.	
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (percentagem)	IBOPE	30/4/2009	92,74	03/2012	88,84	93,00	Média	Apesar do indicador não ter alcançado a meta, o índice de alcance foi de 95,45. Esse indicador é medido pelo percentual de pessoas que confiam no Inmetro entre aqueles que entendem o que o Instituto faz. O fenômeno que tem ocorrido é que cada vez mais as pessoas passam a conhecer, entender e confiar no Instituto. Entretanto, como o nível de confiança no Inmetro entre as pessoas que sabem o que o Instituto faz não tem crescido, esse índice não tem atingido o resultado pactuado. Cabe ressaltar que como a base de entrevistados tem crescido (o percentual das pessoas que entendem o que o Inmetro faz, passou de 18% em 1996 para 51,3 em 2011), aumentar o índice de confiança para esse público (que já é muito elevado) não é uma tarefa fácil de ser alcançada.	
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (percentagem)	IBOPE	30/4/2009	41,15	03/2012	51,30	51,00	Alta	Foi alterado o nome do indicador para nível de entendimento das atividades do Inmetro. Dos 2.726 entrevistados em todas as regiões do país, 1.398 afirmaram corretamente pelo menos uma atividade que o Inmetro realiza.	



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1387 Microcrédito Produtivo Orientado					Órgão Responsável			38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	
Objetivo	Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local										
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações			
		Data	Índice	Data	Índice						
Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. (parcerias consolidadas)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2011	241,16	202,00	Alta	-			
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2011	315,47	266,61	Alta	-			
Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. (parcerias consolidadas)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2011	307,40	160,00	Alta	-			
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2011	479,09	363,00	Alta	-			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável				Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária							
Público-alvo	Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpagem e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (%)	DNP/IBGE	31/12/2007	-	-	-	75,00	-	-
Número-Índice da Produção Mineral (índice numérico)	DNP/IBGE	31/12/2003	100,00	-	-	-	Alta	-
Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)	IBGE	31/12/2003	100,00	-	-	-	Média	-
Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)	DNP/IBGE	31/12/2007	-	-	-	98,00	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0365 Minimização de Riscos no Agronegócio		Órgão Responsável		22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)		
Objetivo	Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos						
Público-alvo	Produtivos agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Percentual de Área Segurada (porcentagem)	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2011	8,56	26,02	-
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (porcentagem)	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2011	87,00	92,00	-
Taxa de Adesão ao PROAGRO (porcentagem)	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2011	58,14	52,00	-
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (porcentagem)	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	03/2012	17,30	14,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	9989	Mobilidade Urbana	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI)				
Objetivo	Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas								
Público-alvo	População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas								
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
			Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades		1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Baixa	Como medida corretiva, no Plano Plurianual - PPA 2012/2015, optou-se pela utilização de parâmetros desenvolvidos pela ANTP e IPEA para aferir aspectos relacionados ao Programa Temático, apesar destes não serem os indicadores mais adequados para medirem a mobilidade urbana.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 8026 Mobilização para Defesa Nacional

Objetivo Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado

Público-alvo Nação Brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Órgão
Responsável

Programa 1353 Modernização da Polícia Federal

Objetivo Aprimorar a estrutura e os modos operacionais e gerenciais, bem como a capacidade executiva do policiamento federal

Público-alvo Departamentos da Polícia Federal

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0813 Monumenta	Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade							
Público-alvo	População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (porcentagem)	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	03/2012	89,60	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0171 Museu Memória e Cidadania	Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país						
Público-alvo	Sociedade Brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	-	-	-	Alta
Taxa de Museus nos Municípios (porcentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	05/2011	21,40	-	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1078 Nacional de Acessibilidade	Órgão Responsável	2021	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)			
Objetivo	Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida						
Público-alvo	Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Escolas Públicas Acessíveis (percentagem)	Ministério da Educação	-	0,00	03/2012	14,31	-	Sensibilização dos gestores da área da educação em relação à necessidade de tornar o ambiente escolar acessível para obter maior adesão.
Taxa de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais (percentagem)	Ministério da Educação	-	0,00	03/2012	22,23	-	-
Taxa de Ombus Urbanos Acessíveis (percentagem)	Ministério das Cidades	12/1/2002	5,00	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência no Serviço Público Federal (percentagem)	Ministério do Planejamento	-	-	-	-	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE				Órgão Responsável		24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	
Objetivo	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais								
Público-alvo	Governo, comunidade científica, e setor produtivo nacional								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto		Observações
		Data	Índice	Data	Índice				
Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	12/2011	27,10	78,00	Baixa		Aumento do quadro de pessoal dos Institutos de Pesquisa (INPE e IAE). - Revisão e ampliação das fontes de receita do Fundo Espacial (CT-Espacial). - Maior volume de encomendas governamentais junto à indústria. - Buscar soluções que permitam um fluxo de recursos orçamentários mais regular durante o ano.
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)	AEB/DPEI	31/12/2006	37,25	12/2011	32,00	39,50	Média		O índice apurado no período (32%) apresentou um significativo crescimento em relação a 2010 (27,6%), muito embora não tenha atingido o índice previsto (39%). O índice não atingiu maiores patamares devido ao momento do programa espacial que ainda requer altos investimentos em infraestrutura, penalizando assim o volume de contratos de desenvolvimento com as indústrias do setor espacial.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1113 Nacional de Atividades Nucleares	Órgão Responsável	24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
								Data	Índice	Data	Índice			
				Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia	Instituições nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração nuclear-elétrica; instituições de ensino	Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	18,00	12/2011	13,00	18,00	Média	Viabilizar a implementação de mecanismos de incentivo à inovação.
						Número de Procedimentos Médicos Utilizados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	12/2011	3.800.000,00	4.800.000,00	Média	Para o equacionamento definitivo do atendimento da demanda nacional por radiofármacos, uma das possibilidades é a implantação do empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro.
						Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	12/2011	85,00	95,00	Alta	Viabilizar a implementação de mecanismos de incentivo à inovação.
						Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	12/2011	3.762,00	10.000,00	Média	Adequação do parque tecnológico da NUCLEP por intermédio da modernização dos equipamentos e da capacitação do corpo técnico, o que vem sendo realizado dentro das disponibilidades orçamentárias da empresa.
						Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (porcentual)	INB/MCT	31/12/2007	60,80	12/2011	63,60	95,00	Média	Necessidade de investimento para implantação da nova fábrica de ultracentrifugas e para dar continuidade à complementação da planta de enriquecimento isotópico.
						Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	15/10/2007	73,00	12/2011	90,00	64,00	Média	Esse índice encontra-se em fase de revisão e ajustes em função de alterações no procedimento de recolhimento de rejeitos decorrente da regulamentação da Lei 10.308, de 20 de novembro de 2001.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0506 Nacional de Florestas	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
Objetivo	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social						
Público-alvo	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNFF	31/12/2006	600.000,00	12/2011	12.045.000,00	3.600.000,00	-
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00	12/2011	146.000,00	18.000.000,00	O alcance da meta não foi possível devido aos seguintes entraves: necessidade de revisão do marco legal/normativo que rege o manejo florestal e de aprimoramento do fomento ao manejo não só em florestas públicas, mas também em florestas privadas. Também é preciso fortalecer institucionalmente o Serviço Florestal Brasileiro, órgão criado para operacionalizar a concessão florestal, e fundamental para o ganho de escala do manejo florestal e da economia florestal como um todo.
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00	04/2012	7.005.125,00	1.500.000,00	-
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00	12/2011	12.000,00	100.000,00	Faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema de informações capaz de integrar as informações referentes às áreas degradadas em recuperação nas diversas instâncias e esferas de governo.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem	Órgão Responsável	20201 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)				
Objetivo	Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano						
Público-alvo	Jovens que possuem entre 15 e 29 anos						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Certificação dos Alunos do Projovem Campo (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem.	1/7/2007	0,00	12/2011	10,94	-	Pelos dados gerados no sistema de monitoramento, 15.783 jovens estariam aptos a serem certificados até 31/12/2011. Desses, 1727 (10,94%) constam como concluintes do curso, 6.291 (38,86%) como desistentes e praticamente a metade (49,20%) como "ativo", indicando que as turmas estão em atraso na finalização e/ou pode haver algumas turmas com dados desatualizados no sistema. Assim, como medidas corretivas, vamos continuar a cobrar dos Estados a atualização dos dados no sistema de monitoramento e acompanhar as situações de atraso na execução.
Taxa de Certificação dos Alunos do Projovem Urbano (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem.	1/7/2007	0,00	05/2012	78,00	-	
Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)	PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	-	-	8,50	Muito Baixa
Taxa de Permanência Anual dos Jovens Participantes do Projovem Adolescente (percentual)	SNAS	1/7/2007	0,00	12/2011	93,90	-	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de desordem social							
Público-alvo	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de desordem social							
Indicator (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Desordem Social (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento - MPOG.
Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	-	-	12,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento - MPOG.
Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Desordem Social (1/100.000 habitantes)	SENASP	-	-	-	-	-	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP, ao elaborar o Planejamento estratégico do novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no sítio do Ministério do Planejamento - MPOG.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural	Órgão Responsável					32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais							
Público-alvo	Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Gás Natural (milhão de m³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2011	56.374,00	81,40	Média	Como informado no formulário de Avaliação realizado em 2011, o índice previsto para o final do PPA (2011) está incorreto, pois contempla a parcela de liquefeito, sendo, o valor correto 79,2 milhão m3/d. Além disso, como registrado na mesma avaliação, devido à retração na demanda por gás natural sinalizada pelo mercado, a Petrobras reviu a meta de produção de gás sem liquefeito para 2011, que foi definida em 69 milhões de m3/d. Notificamos, ainda, que, quando do registro do valor apurado em 2011, houve um engano, na colocação da vírgula. Assim, a produção de gás sem liquefeito em 2011, atingiu a marca de 56,374 milhões de m3/d.
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2011	2.021,78	2.180,00	Alta	Como informado no formulário de Avaliação realizado em 2011, estava sendo estudada uma redução do índice previsto para o final do PPA (2011). Informamos que a meta foi revista, tendo sido definida em 2.110 mil bpd.
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento - TFCA (porcentagem)	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2011	0,65	0,49	Baixa	Em razão da ocorrência de dois tipos de acidentes incomuns com múltiplas vítimas - queda de helicóptero com 4 fatalidades e intoxicação por monóxido de carbono com 8 afastamentos, foram tomadas as seguintes ações respectivamente: substituição dos helicópteros de mesmo modelo do acidentado; e recuperação da tubulação de gás inerte danificada.
Volume de Óleo Derramado - VOD (m³)	Petrobras	31/12/2003	49,00	12/2011	33,50	39,00	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1120 Paz no Campo	Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)			
Objetivo	Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos						
Público-alvo	Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)	Ouvidoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	01/2012	12,00	0,00	1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Ampliar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela; 3) Ampliar a capacitação dos mediadores de conflitos agrários, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão abaixo das necessidades/demandas. OBSERVAÇÃO: Se faz necessário observar que as metas físicas alcançadas, embora tenham superado em alguns casos as metas inicialmente previstas, ainda estão aquém do necessário e por esta razão são necessários mais recursos, conforme explanado nos itens "2" e "3".

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte							
Público-alvo	Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	3,10	04/2012	2,14	3,10	Alta	-
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano (unidade)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	79.426,00	04/2012	75.326,00	79.426,00	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para Inserção Social (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	29/4/2009	0,00	04/2012	384,00	1.258,00	Muito Baixa	É necessário incrementar as tecnologias voltadas para inserção social

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos							
Público-alvo	Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Atente do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	27/4/2009	1,09	04/2012	0,82	1,09	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	28/4/2009	0,00	04/2012	1.920,00	1.258,00	Alta	-
Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) (%)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	21,00	04/2012	12,02	21,00	Alta	-
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado (licença e autorizações concedidas)	Embrapa (Balanço Social Anual da Embrapa)	29/5/2009	13,55	04/2012	8,62	13,55	Média	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural					Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural							
Público-alvo	Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	80,00	03/2012	64,00	80,00	Média	1. Intensificação da participação de possíveis fornecedores no desenvolvimento tecnológico com vistas à aceleração da implantação das tecnologias no mercado. 2. Estruturação do indicador para melhor medição da implantação de tecnologias aos processos produtivos da empresa.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0392 Polo Industrial de Manaus	Órgão Responsável				28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Consolidar a estrutura produtiva do Polo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo						
Público-alvo	Sistema produtivo do Polo Industrial de Manaus						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Mão-de-Obra no Polo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	10,40	12/2011	15,07	4,00	-
Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)	Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus - SUFRAMA	31/12/2007	2,81	12/2011	2,87	3,00	-
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (percentagem)	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	31/12/2006	64,02	12/2011	59,39	64,00	-
Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	25,05	12/2011	7,45	18,51	Há em curso providências para melhorar o nosso desempenho exportador, seja na área cambial, em negociações com parceiros tradicionais, seja ainda na melhoria da infraestrutura local. Estão sendo tomadas medidas para alavancar as exportações como: ajuste cambial, acordos bilaterais, aprimoramento da infraestrutura local

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	---	-------------------	---------------------------------

Objetivo	Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional
----------	---

Público-alvo	Nação brasileira e a comunidade internacional
--------------	---

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	---------------------------------------	-------------------	---------------------------------

Objetivo	Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem
----------	---

Público-alvo	Nação brasileira
--------------	------------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	---	-------------------	---------------------------------

Objetivo	<i>Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa</i>		
----------	---	--	--

Público-alvo	<i>Nação Brasileira</i>
--------------	-------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0622 Preparo e Emprego do Poder Naval

Objetivo Preparar o Poder Naval e manter o seu prestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem

Público-alvo Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0566 Prestação Jurisdicional Militar			Órgão Responsável		13000		Justiça Militar da União (Justiça Militar)	
Objetivo	Processar e julgar crimes militares definidos em lei								
Público-alvo	Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas(Marinha, Exército e Aeronáutica)								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (porcentagem)	Superior Tribunal Militar	31/12/2009	54,11	01/2012	68,00	40,00	Alta	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Órgão Responsável				12000	Justiça Federal (Justiça Federal)
Objetivo	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (porcentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	01/2012	27,00	-	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	Órgão Responsável			16000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)		
Objetivo	Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2009	36,14	12/2011	34,07	36,34	Média	O TJDFT promoverá no exercício de 2012 a instalação de novas varas e construção de fóruns de justiça para dar cumprimento à Lei de Organização Judiciária.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	Órgão Responsável	11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)				
Objetivo	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicial, elencada no artigo 105 da Constituição Federal						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Processos Julgados (%)	Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	01/2011	57,00	69,00	Média
O Tribunal dispõe de projetos para os próximos exercícios que visam melhorar significativamente a taxa de processos julgados, entre eles: a central de atendimento ao cidadão, jurisprudência temática, recursos repetitivos, STJ na era virtual, além de estudos para implantação de projetos para estatísticas do trâmite processual e prazos prescricionais.							

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal	Órgão Responsável	10000 Supremo Tribunal Federal (STF)					
Objetivo	Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (porcentagem)	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2011	136,49	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista			Órgão Responsável		15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)	
Objetivo	Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	02/2012	54,90	55,50	Média
							O índice de recorribilidade apurado (54,90%) em 2011 ficou bem próximo ao previsto (55,50%). Tal situação demonstra a admissão de uma significativa entrada de recursos interpostos nas diversas instâncias trabalhistas, consoante os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio. As medidas corretivas para o atingimento da meta passam obrigatoriamente por uma ampla reforma da atual legislação trabalhista pelo Congresso Nacional.
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	02/2012	2.276,00	2.318,00	Alta
							Cabe registrar que o incremento no número de magistrados (16,37%) no período compreendido entre o índice de referência e o apurado foi pouco inferior ao incremento no número de processos recebidos (16,60%*). Entende-se com isso que o bom desempenho deste indicador no período, tendo em vista o decréscimo no número de processos por magistrados (0,61%), embora não seja significativo, demonstra uma melhor qualidade nos serviços prestados pela Justiça do Trabalho.* Fonte: CESTP/TST.
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	02/2012	57,06	50,43	Alta
							Registre-se que o bom desempenho deste indicador, no período compreendido entre o índice de referência e o apurado, tendo em vista o relevante incremento na taxa de solução de processos (20,51%), demonstra a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho. Destaca-se que este indicador é de extrema importância para o Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista, uma vez que sua principal ação orçamentária (4265 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) tem como produto o processo solucionado (julgado).
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	02/2012	871,00	600,00	Baixa
							O aumento do efetivo de Magistrados e Servidores, a qualificação profissional, o aparelhamento da Justiça do Trabalho, bem como a consecução do processo eletrônico, em fase de implantação, propiciando a redução no número de dias necessários à tramitação dos autos por todo o âmbito processual até a sua efetiva entrega ao jurisdicionado.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1164	Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro	Órgão Responsável				30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas							
Público-alvo	Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	-	-	60,00	Média	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.
Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)	Sistema de Alienação Eletrônica (Leilão/ENCLAJA.GOV)	30/4/2007	0,00	-	-	12.500,00	Média	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer				Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (km²)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	07/2011	6.238,00	7.736,00	Alta	-
Número de Focos de Calor (unidade)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2011	132.376,00	85.359,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Órgão Responsável	20122	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)				
Objetivo	Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade, aquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz							
Público-alvo	Mulheres, órfãs ou potencialmente, sujeitas a situações de violência							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2011	61,28	70,00	Média	As denúncias de violência à Central de Atendimento à Mulher 3 Ligue 180 são classificadas em física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. O indicador atingiu em 2009 seu valor mais baixo, 53,9%, e desde então vem aumentando, alcançando 61,28% no final de 2011. Com isso, o índice de 2011 ficou próximo à média do período do PPA 2008-2011, 60,57%. Avaliamos que o indicador não se mostrou adequado para a mensuração dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas no programa 0156. Para o PPA 2012-15 o indicador foi substituído pela proporção de denúncias de violência contra as mulheres em relação ao número total de atendimentos. O novo indicador deve refletir melhor a evolução dos casos de violência contra as mulheres.
Evolução do Número de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	0,00	12/2011	-9,16	5,00	Baixa	Depois de um acelerado crescimento no número de atendimentos nos últimos anos, a Central de Atendimento à Mulher 3 Ligue 180 apresentou uma queda no número de ligações em 2011 em relação ao período compreendido entre o final de 2009 e o início de 2010, durante o qual foi realizada a campanha nacional de divulgação da Central. Não obstante, o total de ligações no ano de 2011 tenha sido inferior ao de 2010, houve um visível aumento das ligações no período de agosto a dezembro daquele ano, quando o tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres foi abordado em novela de grande audiência exibida em horário nobre. Pode-se avaliar então, que a procura ao Ligue 180 está diretamente relacionada à divulgação do serviço e à sensibilização da população sobre o tema.
Evolução do Número de Profissionais da Rede Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados (percentagem)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2011	7,52	17,00	Média	Em 2011 foram capacitados 13.075 profissionais de atendimento à mulher, enquanto em 2010 foram registradas 12.160 capacitações. O valor de 2011 manteve em linha com os resultados obtidos nos anos recentes e se refere à capacitação, em especial, de policiais, profissionais da área de saúde, assistência social, dos Centros de Referência em Assistência Social e Centros de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O indicador definido em termos de variação sobre o ano anterior não se mostrou adequado porque seus resultados ficam dependentes da qualidade da base. O ideal seria a construção de um indicador a partir do universo de profissionais da rede de atendimento a mulher, o que ainda não é possível em razão da falta de informações.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres			Órgão Responsável		20122	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)	
Objetivo	Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade, aquelas em situação de violência ou risco, transititando atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz							
Público-alvo	Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2011	0,23	5,00	A Central de Atendimento à Mulher registra as denúncias de violência contra a mulher em cinco diferentes formas: física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial. Em 2011 foram registradas 74.984 denúncias de violência contra as mulheres. As denúncias de violência psicológica representaram 1,73% do total, uma queda em relação aos 2,10% do ano anterior. A avaliação do ciclo do PPA 2008-11 mostra que o indicador não é adequado para a mensuração dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas no programa 0156. No PPA 2012-15 o indicador foi substituído pela proporção de denúncias de violência contra as mulheres em relação ao número total de atendimentos. O novo indicador deve refletir melhor a evolução dos casos de violência contra as mulheres.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1027 Prevenção e Preparação para Desastres				Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos							
Público-alvo	Instituições de Defesa Civil							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (porcentagem)	Órgãos Estaduais de Defesa Civil	20/1/2004	62,00	-	-	Muito Baixa	Elaboração de parâmetros de medição que meça a funcionalidade do órgão de defesa civil municipal (grau de atuação da COMDEC), com inserção na legislação que trata sobre as transferências de recursos para as municipalidades e/ou elaboração de novos indicadores	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	Departamento de Polícia Federal	1/12/2006	79,00	01/2012	90,00	70,00	Média	-
Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (porcentagem)	Departamento de Polícia Federal	31/12/2006	63,60	01/2012	120,00	80,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0086 Previdência Complementar				Órgão Responsável		33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
Objetivo	Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estatal e a socialização do capital							
Público-alvo	Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Indicador de Solvência (percentagem)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Dados contábeis	31/12/2009	1,23	01/2012	1,16	1,00	Alta	-
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	01/2012	14,23	18,00	Média	A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa). Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão. Relativamente aos resultados do indicador, destaca-se como fator determinante o comportamento do índice Ibovespa, tendo em vista que significativa parcela dos ativos dos fundos de pensão é alocada em investimento de renda variável. Nesse sentido, tendo em vista que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 o Ibovespa apresentou variação de -41,22%, 82,66%, 1,04% e -17,94% respectivamente, resta evidenciada a correlação existente entre aquele índice e o indicador sob comento, o que explica o distanciamento entre o resultado observado para 2011 e a meta estimada.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0083 Previdência Social Básica	Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)			
Objetivo	Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios						
Público-alvo	Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2011	77,50	Alta	-
Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2011	70,00	Baixa	As restrições de recursos humanos e orçamentários impossibilitou o alcance do índice, uma vez que em necessário fortalecer as equipes de Reabilitação Profissional nas Gerências-Executivas e APS onde o serviço é oferecido
Taxa de Solução de Demandas (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2011	77,00	Alta	-
Taxa de Solução dos Processos em Esboço no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2011	85,00	Baixa	Está sendo aprimorado os processos das Unidades demandantes com vistas a agilizar o envio dos processos às Juntas de Recursos.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0472 Proantar

Objetivo Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica**Público-alvo** Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo		Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas								
Público-alvo		Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações		
		Data	Índice	Data	Índice					
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2011	16,96	16,96	Alta	-		
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	5,93	12/2011	14,34	14,34	Alta	-		

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0647 Produção de Material Bélico

Objetivo

Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública

Público-alvo

Forças armadas brasileiras e polícias militares

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)				
Objetivo	Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público						
Público-alvo	Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (porcentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	Índice	Data	Índice		
			99,20	01/2012	70,90	100,00	Alta
							Rever os processos licitatórios e os procedimentos burocráticos, que dificultam e impedem o alcance das metas estabelecidas no Programa e a concretização de contratações e aquisições relacionadas as ações orçamentárias "Manutenção e Adequação da Infra-estrutura operacional - 4105" e de "Modernização do Parque Industrial - 3274", constantes no "Programa 0758 - Produção de Moeda e Documentos de Segurança".

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa			1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde			Órgão Responsável		36000 Ministério da Saúde (MS)	
Objetivo		Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade							
Público-alvo		Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Coefficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)	MSSAS/SIH/SUS	31/12/2002	29,80	01/2012	28,49	-	Média	-	
Coefficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	27,00	01/2012	17,06	-	Alta	-	
Coefficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	17,00	01/2012	12,00	-	Baixa	Para esta redução vem sendo implantada a Rede Cegonha em todo território nacional, visando a fomentar a implementação de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e da criança, com foco na atenção ao parto, ao nascimento e ao crescimento da criança de 0 a 24 meses. Isto implica em um acompanhamento por parte dos profissionais de saúde em todo o ciclo de gestação, atenção adequada no momento do nascimento e nos cuidados destinados aos recém-nascidos em todos os níveis de complexidade. Prática esta que contribui diretamente para a redução da mortalidade infantil e seus componentes.	
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (porcentagem)	MSSAS / SIH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	44,53	01/2012	70,56	75,00	Média	Elaboração de Proposta de ampliação da Ação 2080 no Planejamento de 2012-2015.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1143 Promoção da Ética Pública	Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)			
Objetivo	Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal						
Público-alvo	Alta administração federal, membros das comissões de ética previstos no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (percentagem)	Comissão de Ética Pública	-	-	-	-	-	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1413 Promoção da Justiça e da Cidadania	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
----------	---	-------------------	----------------------------------

Objetivo	Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia
----------	---

Público-alvo	Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional
--------------	---

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico				Órgão Responsável		24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	
Objetivo		Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores							
Público-alvo		Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI (unidade)	Web of Science / ISI Web of Knowledge < http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&Func=Frame&Init=Yes&SID=2ENLFpo@lafpK7o6Id > acesso em 22/03/2007	31/12/2007	19.436,00	12/2011	34.443,00	39.814,00	Média	-	
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (Índice numérico)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2007	2,20	12/2011	2,27	2,60	Média	-	
Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - http://www.rnp.br/conexao/instituicoes.php?cod=602	28/8/2007	306,00	12/2011	800,00	411,00	Alta	-	
Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	12/2011	1.610,00	710,00	Alta	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)				
Objetivo	Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais							
Público-alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itapopoma (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Águas Enxendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingu (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Ribeira e Guanaqueçaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Arco (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0355 Promoção das Exportações	Órgão Responsável				35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional					
Público-alvo	Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice			
Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras (porcentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/8/2003	85,00	01/2012	43,00	95,00
						As estimativas iniciais para o ano de 2011 apontavam que o universo de empresas brasileiras cadastradas na Brasilglobalnet atingia cerca de 90% do universo efetivamente exportador, conforme planejado no PPA. Todavia, a meta mostrou inatingível por conta das crescentes dificuldades com as quais se deparam o empresário brasileiro, quando de sua primeira operação de exportação. Em síntese, o empresário que almeja tornar-se efetivamente exportador deverá ter em mente questões como: dificuldades de obter crédito junto a instituições financeiras; alto custo da exportação aliado à competitividade no mercado externo; falta de capacitação e conhecimento sobre o processo exportador e sobre os potenciais países compradores.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	Órgão Responsável	20126	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)			
Objetivo	Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida						
Público-alvo	Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Evolução do Número de Organismos no FIPR (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	12/2011	645,00	Alta	-
Número de Negros Qualificados para a Cidadania e Gestão Pública (unidade)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	-	-	-	Média	Realizar a formação dos gestores de políticas de promoção da igualdade racial para conhecimento e operacionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e para a disseminação do Estatuto da Igualdade Racial.
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	12/2011	85,00	Média	Implementação do SINAPIR, elaboração e disseminação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos governamentais.
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	12/2011	7,60	Média	Implementação do SINAPIR, elaboração e disseminação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos governamentais.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira		Órgão Responsável		53000 Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo		Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira					
Público-alvo		Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)	CAGED/MI e SPRE/MI	-	-	-	-	-	Não foi possível a mensuração do indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Órgão Responsável				20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade						
Público-alvo	População idosa brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	31/12/2004	0,00	05/2012	3,00	Muito Baixa	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência				Órgão Responsável	2021	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo	Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país							
Público-alvo	Pessoas com Deficiência							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência (percentagem)	RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego	31/12/2007	44,55	03/2012	13,35	60,00	Muito Baixa	Ampliar as ações intersetoriais que promovam a qualificação das pessoas com deficiência para incluí-las no mercado de trabalho
Taxa de Efetividade de Aprendizizes com Deficiência (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	1/5/2009	0,25	03/2012	24,22	0,40	Alta	-
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	05/2012	100,00	-	Alta	-
Taxa de Inclusão Escolar (percentagem)	IBGE e Ministério da Educação	1/5/2009	20,91	-	-	25,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (percentagem)	INEP-MEC	1/5/2009	54,00	-	-	64,00	Muito Baixa	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	1/5/2009	-	05/2012	5,40	10,00	Baixa	Articulação com os Poderes Executivos e Legislativos municipais, com as entidades de e para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência objetivando a criação dos conselhos.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0797	Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas	Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)		
Objetivo	Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos						
Público-alvo	Governo e sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (porcentagem)	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2011	3,20	3,00	Alta

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas		Órgão Responsável				20121		Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo		Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes									
Público-alvo		Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações			
		Data	Índice	Data	Índice						
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)	GAJOP	31/12/2003	100,00	-	-	0,00	Alta	-			
Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	-	-	-	Alta	-			
Tempo médio de capacitação oferecido aos técnicos dos serviços de proteção, (hora)	SEDH/PR	-	0,00	-	-	-	-	-			
Tempo médio de permanência das crianças e adolescentes ameaçados nos serviços de proteção (grat)	SEDH	-	-	-	-	-	-	-			
Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção (diabeneficiário)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	-	-	0,00	Alta	-			
Tempo médio de permanência dos defensores dos direitos humanos nos serviços de proteção (grat)	SEDH	-	-	-	-	-	-	-			

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Órgão
Responsável

Programa 0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e
Etnodesenvolvimento

Objetivo Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas

Público-alvo Sociedades indígenas

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas			Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)		
Objetivo	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral						
Público-alvo	Povos Indígenas						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Coefficiente de Incidência de Tuberculose Bacilifera na População Indígena (1/100.000)	SIASI / DESAUFUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	-	-	89,50	Média Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS.
Coefficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena (1/1.000)	SIASI / DESAI - SISMAL/ CENEPI /FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	-	-	50,10	Média Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS
Coefficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)	SIASI / DESAUFUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	-	-	39,00	Média Não foi obtida a informação junto a SESAI/FUNASA/MS
Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)	Funai	1/7/2007	420,00	12/2011	445,00	542,00	Alta -
Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (percentual)	Funai	1/7/2007	27,20	12/2011	21,63	10,90	Média Fatores que representam entrave para o alcance das metas estabelecidas e a garantia dos direitos territoriais para indígenas, são: as dificuldades impostas pelos ocupantes não-índios que buscam de todas as formas atrasar o processo de desocupação da terra indígena, impedindo a entrada dos técnicos da FUNAI nas visitações de campo; a morosidade na concessão das medidas judiciais necessárias, e o contingenciamento de recursos orçamentários.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1384 Proteção Social Básica	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)					
Objetivo	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários							
Público-alvo	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação étnica, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Razão entre o Número de Serviços Oferecidos pela Proteção Social Básica e o Número de Beneficiários Pagos (unidade)	SNAS	31/12/2006	0,28	12/2011	0,63	-	Alta	-
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para a Pessoa com Deficiência (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	6,76	12/2011	7,26	6,14	Alta	-
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	11,10	12/2011	3,98	6,77	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos cinco anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98% em 2010 atingiu 5,32% e no ano de 2011 alcançou o percentual de 3,98%. A diminuição do crescimento pode ser explicada em parte pela melhoria da economia brasileira no período recente, bem como na melhoria do processo de concessão e de fiscalização. Além disso, fatores internos como as limitações impostas para as despesas com diárias e passagens aéreas dificultaram o procedimento operacional regular na concessão dos benefícios, o que contribuiu para um decréscimo da taxa do indicador ainda mais acentuada do que o estimado em 2011. Dessa forma, o resultado final do PPA 2008-2011 foi abaixo do previsto de 6,77%.
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)	Matriz de Informações Sociais	31/12/2006	48,00	12/2011	97,20	100,00	Alta	-



Programa	1385 Proteção Social Especial	Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)			
Objetivo	Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de ações sócio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários						
Público-alvo	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e situações de contingência						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegrados às suas Famílias (%)	MDS/SISCOM, MDS/SUASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA/2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	0,00	-	100,00	Baixa	Tais dados sugerem um avanço tanto no processo de reintegração das crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza mas não foi ainda apurado.
Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade, Piso de Alta Complexidade I, e Piso de Alta Complexidade II (%)	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	32,00	70,00	Média	No que diz respeito aos serviços da proteção social especial de alta complexidade, destaca-se que em 2012 está aprovada a expansão dos serviços o que ampliará a cobertura do Piso de Alta Complexidade. Em relação ao PTMC, ressalte-se que, para se praticar a ampliação da cobertura é necessário desencadear o processo de transição do PTMC, série histórica de cofinanciamento de serviços especializados de proteção social especial de média complexidade.
Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	98,01	100,00	Alta	-
Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)	MDS/SUASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	0,00	-	100,00	Baixa	Esse índice não foi apurado devido à falta de dados que permitam tal apuração.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações				Órgão Responsável		41000	Ministério das Comunicações (MC)
Objetivo	Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade							
Público-alvo	Usuários de serviços de telecomunicações							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2012	22,00	19,16	Alta	-
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2012	123,87	86,02	Alta	-
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	01/2012	9,45	6,35	Alta	-
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/1/2007	1,50	01/2012	2,14	1,50	Média	A Anatel determinou as prestadoras que elaborassem planos de ação objetivando atacar as principais deficiências constatadas na prestação do STFC e adequassem seu desempenho operacional as metas de qualidade estabelecidas
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/1/2007	1,00	01/2012	0,35	1,00	Alta	-
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/1/2007	2,00	01/2012	0,75	2,00	Alta	-
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/1/2007	82,00	01/2012	83,71	82,00	Alta	-

Programa	1346 Qualidade Ambiental	Órgão Responsável			44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	04/2011	0,00	100,00	-
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	04/2011	1.239,00	1.167,70	-
Número de empreendimentos de infraestrutura sem licença de operação (unidade)	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2012	50,00	10,00	O Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o IBAMA, patrocinou articulações com importantes setores do governo, com vistas à modernização dos procedimentos de licenciamento e à regularização ambiental de infraestruturas nacionais. O resultado foi a edição de portarias ministeriais e interministeriais para o licenciamento e a regularização ambiental das seguintes tipologias de empreendimentos: portos e terminais portuários; rodovias federais; sistemas de transmissão de energia elétrica e petróleo e gás. Além disso, também foi editada portaria interministerial para tratar dos procedimentos a serem observados pelas entidades envolvidas no licenciamento ambiental federal.
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)		3/1/2006	461,00	01/2012	1.010,00	250,00	Apesar das recentes ações governamentais no sentido do combate à poluição atmosférica veicular, constatadas nos avanços do PROCONVE, cuja fase L6, alcançada pela Resolução CONAMA Nº 415/2009, e que prevê reduções de até 66% de NOx para novos veículos leves de passageiros, com entrada em vigor no ano de 2014, bem como da fase P7, para os veículos pesados novos com a mesma finalidade, com a entrada em vigor em janeiro de 2012, verifica-se que medidas mais intensas ainda devem ser tomadas para redução deste poluente. Entre elas está a implementação do Programa de Inspeção e Manutenção Veicular (Programas I/M), cuja consolidação das diversas Resoluções que tratavam da matéria, se deu através da Resolução CONAMA Nº 418, de 25 de novembro de 2009, que irá incrementar as ações de controle e monitoramento da poluição causada por veículos em uso. Sob este aspecto, cabe ao MMA, nos próximos anos, desempenhar um papel estratégico no tocante à consolidação das políticas públicas de controle da poluição veicular.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores							
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice Médio de Eficiência Global da Atividade de Fiscalização de Material Genético Animal. (pessoas atingidas / número de ppds)	Sistemas de Informação SIPLAN, SIOR e SIPE, do MAPA.	31/12/2009	85,00	12/2011	98,91	87,00	Alta	-
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (porcentagem)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	12/2011	88,00	94,00	Média	Os Serviços de fiscalização devem realizar ações de acompanhamento nas empresas produtoras de corretivos para verificar a necessidade de adequação dos registros dos produtos, pois na atualidade não há necessidade agrônômica premente de que os produtos mantenham as garantias apresentadas nos registros que foram concedidos há alguns anos e que por variações das rochas exploradas podem ter se modificado.
Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (porcentagem)	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	85,00	12/2011	93,00	95,00	Alta	-
Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2011	84,40	95,00	Baixa	Priorizar as empresas da área de fertilizantes com menor índice de conformidade e dedicar mais tempo dos fiscais na verificação das condições de produção nas mesmas. Está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando correção de procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes.
Taxa de Conformidade de Inoculantes (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2011	88,00	90,00	Alta	Continuar monitorando as empresas que lançaram produtos novos no mercado e verificar por meio de fiscalizações mais constantes, os possíveis erros de processo produtivo porventura ainda existentes.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica		Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços					
Público-alvo		Consumidores e agentes setoriais públicos e privados					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	04/2012	18,42	18,25	O índice previsto para o final de 2012 é 18,35. Entretanto, observando-se a evolução dos últimos anos, percebe-se uma tendência à estabilidade na casa dos 18,4. A implementação dos Programas de Universalização das concessionárias implica expansão das redes de distribuição, grande parte em área rural, resultando em tendência de crescimento dos índices DEC. Nessas condições, torna-se gradualmente mais difícil manter a qualidade do serviço. Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia de algumas regiões, principalmente na região Norte.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	04/2012	20,92	22,94	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	04/2012	20,44	26,18	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	04/2012	71,86	38,35	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias da Região Norte têm contribuído para que esse índice não alcance os valores desejados. Além da necessidade de investimentos, a implementação dos Programas de Universalização das concessionárias também contribui para essa realidade. Por atender áreas mais longínquas e de difícil acesso, em caso de interrupções as equipes de manutenção demoram mais a chegar no lugar em que se necessita o reparo, elevando, com isso, o tempo de interrupção.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	04/2012	11,96	11,40	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias tem evitado uma evolução expressiva no índice.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	04/2012	14,38	17,24	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	04/2012	11,16	15,13	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	04/2012	16,55	22,18	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	04/2012	11,05	19,94	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica		Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)	
Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modalidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços							
Público-alvo							
Consumidores e agentes setoriais públicos e privados							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	04/2012	46,07	37,83	Os baixos investimentos realizados pelas concessionárias da Região Norte têm contribuído para que esse índice não alcance os valores desejados. Além da necessidade de investimentos, a implementação dos Programas de Universalização das concessionárias também contribui para essa realidade. Por atender áreas mais longínquas e de difícil acesso, em caso de interrupções as equipes de manutenção demoram mais a chegar no lugar em que se necessita o reparo, elevando, com isso, o tempo de interrupção.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	04/2012	6,58	9,18	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	04/2012	10,16	14,91	-
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/12/2005	58,88	-	-	-	A Pesquisa IASC encontra-se em fase de apuração. O produto entregue pelo contratado apresentou problemas e não foi aceito, podendo ser necessária a replicação da pesquisa.
Otorga de Geração (mw)	ANEEL	31/12/2007	-	12/2011	6.209,89	5.947,40	-
Otorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	12/2011	3.208,95	-	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	Órgão Responsável						32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade								
Público-alvo	Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km²)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	01/2012	332.059,00	0,00	Alta	-	
Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (porcentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	06/2011	97,80	0,00	Alta	-	
Reservas de Gás Natural (milhão de m³)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	01/2012	459.356,00	0,00	Alta	-	
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	01/2012	15.043,00	0,00	Alta	-	
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (porcentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	01/2012	-776,00	0,00	Muito Baixa	O indicador não deve ser revisito no PPA 2012-2015, com vista a adequá-lo a nova realidade.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1463 Qualidade dos Serviços de Transporte		Órgão Responsável		39000 Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo		Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes					
Público-alvo		Usuários de transporte de carga e de passageiros					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice da Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)	Antaq/MT	-	-	-	-	-	-
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-
Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)	ANTT/MT e Antaq/MT	-	-	03/2012	79,17	-	Alta
As concessões Ferroviárias form as que mais proporcionaram, em termos relativos, a emissão de autos de infração. Se considerássemos apenas o Transporte Rodoviário, o índice seria de 92,84% para o Passageiro e 98,96% para carga, o que dá uma média de 95,9%, considerada próxima do ideal. Apenas para o transporte ferroviário, o índice foi de 45,75%, bem abaixo do pretendido. Entre as várias medidas a serem adotadas para melhoria do índice, a ANTT pretende acompanhar de forma mais rigorosa a operação dos Concessionários dos Serviços de Transportes Ferroviários, principalmente quanto aos prazos de execução das obras contratadas.							

As concessões Ferroviárias foram as que mais proporcionaram, em termos relativos, a emissão de autos de infração. Se considerássemos apenas o Transporte Rodoviário, o índice seria de 92,84% para o Passageiro e 98,96% para carga, o que dá uma média de 95,9%, considerada próxima da ideal. Apenas para o transporte Ferroviário, o índice foi de 45,75%, bem abaixo do pretendido. Entre as várias medidas a serem adotadas para melhoria do índice, a ANTT pretende acompanhar de forma mais rigorosa a operação dos Concessionários dos Serviços de Transportes Ferroviários, principalmente quanto aos prazos de execução das obras contratadas.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários			Órgão Responsável		33000 Ministério da Previdência Social (MPS)		
Objetivo	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.							
Público-alvo	Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	-	-	9,00	Média	Índice não apurado em 2011.
T/MC - Tempo Médio de Concessão (dia)	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	02/2011	28,00	15,00	Baixa	Apesar dos avanços obtidos, ainda é necessário empreender esforços na continuidade ao desenvolvimento e implantação dos módulos do novo Sistema de Benefícios - SIBE, bem como à renovação tecnológica dos computadores-servidores da Dataprev, e da rede de comunicação e dados do INSS. Além de garantir a recomposição de seu quadro de funcionários.
T/ME - Tempo Médio de Espera (minuto)	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	02/10/11	33,23	10,00	Baixa	Apesar dos avanços obtidos, ainda é necessário empreender esforços na continuidade ao desenvolvimento e implantação dos módulos do novo Sistema de Benefícios - SIBE, bem como à renovação tecnológica dos computadores-servidores da Dataprev, e da rede de comunicação e dados do INSS. Além de garantir a recomposição de seu quadro de funcionários.
T/ME4 - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (número de projetos, programas e ações, sem casa decimal)	SIAE	31/12/2009	37,00	02/2011	22,00	28,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI) - Cidades
Objetivo	Elevar os padrões da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda			
Público-alvo	População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil			
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Observações
		Data	Índice	
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	Acompanhamento mais próximo dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) que entraram no SIMaC desde 2010.
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE	1/12/2006	3,40	
		12/2012	83,00	Média
		12/2011	7,30	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1448 Qualidade na Escola		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)		
Objetivo		Expandir e melhorar a qualidade da educação básica						
Público-alvo		Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	-	-	0,93	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.
Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	-	-	5,40	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.
Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	-	-	9,10	Muito Baixa	Em 2011, o IBGE (PNAD) promoveu a coleta de dados acerca desse indicador. No entanto, sua disponibilização está prevista apenas para o segundo semestre de 2012.
Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	01/2012	54,70	70,00	Média	Os dados referentes a 2011 informam o alcance de um índice de 54,7. Embora tenha havido uma sensível evolução em relação aos dados coletados nos três anos anteriores, além de uma considerável evolução em relação ao índice de referência, como foi identificado ano passado, não conseguimos alcançar a meta prevista no PPA (70,0). O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores nesse nível de educação, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil 3 UAB e o Proinfantil, além do Programa de Especialização em Educação Infantil, ofertado no âmbito da Rede Nacional de Formação de Professores.
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	01/2012	78,60	85,80	Alta	-
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	01/2012	94,10	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0101 Qualificação Social e Profissional	Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)		
Objetivo	Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional					
Público-alvo	Trabalhadores e trabalhadores desempregados(as) e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Índice		
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	200,00	200,00	Alta
Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. A carga horária média para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 CODEFAT e Termo de Referência, assim, como o estabelecido como adequado é a carga horária de 200 horas, podendo assim terem curso com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial de 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.						
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	65,00	94,00	Baixa
Aumento na integração com políticas públicas voltadas a segmentos de baixa escolaridade. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, isso porque, para a inscrição nos cursos, os trabalhadores precisam mostrar-se interessados na realização dos cursos e os que têm baixa escolaridade não têm procurado inscrever-se nos cursos. O sistema de gestão do PNO permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do CODEFAT.						
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	153,00	215,00	Baixa
Esse resultado é parcial, no entanto, aponta para a necessidade de articulação do programa de qualificação com ações voltadas ao atendimento de jovens, tal como a ação de aprendizagem profissional. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.						
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	145,00	135,00	Alta
Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação das mulheres nos cursos de qualificação do PNO tem sido acima da participação das mulheres na População Economicamente Ativa 3 PEA.						



Programa	0101 Qualificação Social e Profissional			Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	
Objetivo	Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional							
Público-alvo	Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número Índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	01/2012	144,00	123,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação da população não branca tem sido acima da participação desse grupo na população economicamente ativa 3 PEA. Resulta-se que para a contabilização desse indicador excluiu-se as pessoas que não declararam raça/cor na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar 3 PNAD.
Taxa de Eficácia das Qualificações (%)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	01/2012	90,00	95,00	Média	Este indicador permite aferir o grau de evasão dos cursos de qualificação profissional, e, em que pese à apuração apontar ao resultado de 90% e ter o ideal de 95%, evasão em cursos de qualificação voltada a segmento da população em vulnerabilidade social tende a ser maior do que para públicos em situação de não vulnerabilidade, um percentual de evasão de apenas 10% é considerado satisfatório do ponto de vista da eficácia. Esse resultado é possível quando há o envolvimento do executor dos cursos no cumprimento desse percentual, tendo em vista que tal indicador consiste em meta em cada um dos convênios e contratos. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (porcentagem)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2007	114,79	01/2012	100,00	100,00	Alta	Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Atualmente, todos educandos concluintes são encaminhados para intermediação de mão de obra, por consistir em uma cadastro único do trabalhador, que serve para as ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e habilitação do seguro-desemprego. Este resultado não tem como ser superior a 100, tendo em vista que 100 significa que todos os educandos foram encaminhados à intermediação de mão de obra ou a um emprego.
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	01/2012	70,00	70,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0101 Qualificação Social e Profissional	Órgão Responsável	38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)			
Objetivo	Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional					
Público-alvo	Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2011 Data	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	DEQ/SPPE	31/12/2006 6,00	05/2012 2,16	3,00	Muito Baixa	O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE foi de 4,7 milhões, e as pessoas qualificadas foi 99 mil, o índice apontado para este indicador ficou aquém do que o esperado. Para este resultado, considerou-se o total de inscritos em cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010, cujas informações foram registradas tanto no Sistema SIGAE quanto no Sistema MTE Mais Emprego, correspondente a 101.480 educandos.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais		Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MCI/Cidades)	
Objetivo		Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes das Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infraestrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica					
Público-alvo		População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes das Regiões Metropolitanas					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (porcentagem)	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	0,00	É necessário ampliar a abrangência dos estudos para outras localidades do território nacional, bem como garantir a periodicidade no recolhimento destas informações, que será obtida apenas com a sequência nos próximos anos de atualizações das pesquisas empreendidas, sobretudo nos municípios. Nesse sentido, é necessário buscar a integração entre os dados existentes nas diversas unidades da federação sobre o assunto. Para tanto, é necessário destinar recursos para elaboração de metodologia de identificação de imóveis vazios, visando a construção de uma plataforma on line a ser alimentada pelos governos locais.
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDES ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	12/2011	62,06	62,63	Alta

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	--	-------------------	---------------------------------

Objetivo	Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"
----------	---

Público-alvo	Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Objetivo Reparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval

Público-alvo Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0628 Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Objetivo Reparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro

Público-alvo Nação brasileira
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	Órgão Responsável				25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal						
Público-alvo	União e contribuintes						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	01/2012	1.795.380.000,0	0.500.901.226,06	-
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	01/2012	3.636.907.233,7	3.376.568.002,70	-
Perdas de Recursos da União Evitadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.065.047,48	01/2012	77.562.496.807,4	252.393.786,92	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0474 Recursos do Mar	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
----------	----------------------	-------------------	---------------------------------

Objetivo	Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País		
----------	--	--	--

Público-alvo	Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar		
--------------	---	--	--

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis		Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação					
Público-alvo	Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aquicultores e sociedade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011
		Data	Índice	Data	Índice	
Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (porcentual alcançado)	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	-	-	0,50
						O indicador revelou deficiências tanto na disponibilidade de dados para sua mensuração como pela sua confiabilidade em refletir o principal resultado esperado do programa.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0102 Rede de Proteção ao Trabalho			Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	
Objetivo	Garantir o cumprimento das normas legais e convenencionadas de proteção ao trabalho							
Público-alvo	População Economicamente Ativa - PEA							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (porcentagem)	SFTT/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2012	74,10	76,00	Alta	O índice ficou estável ao longo de 2011, próximo do previsto para o ano.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Programa	0288 Refino de Petróleo		Órgão Responsável			32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional							
Público-alvo	Consumidores de derivados do petróleo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,62	01/2012	1,86	1,90	Média	Medida Corretiva: Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. Análise do Desvio: Em 2011 o volume total de petróleo processado ficou abaixo do previsto para o ano. O fator que mais impactou no desempenho do indicador foi a não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, que tinha a previsão de conclusão da obra para o ano.
Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,26	01/2012	1,53	1,73	Média	Medidas Corretivas: a) Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. b) Replanejamento da logística de produção das Refinarias para aumento do processamento do petróleo nacional em 2012 visando à redução da importação. Análise do Desvio: Em 2011 o processamento de petróleo nacional ficou abaixo do previsto para o ano principalmente em função dos seguintes fatores: a) Não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima que estava prevista a conclusão da obra no ano; b) Necessidade de aumento da participação de petróleo leve importado a fim de elevar a produção de diesel com menor teor de enxofre nas refinarias existentes.
Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,83	01/2012	2,01	2,23	Média	Medida Corretiva: a) Entrada da Refinaria Abreu em jun/2013. Análise do Desvio: Em 2011 a Capacidade de Refino Instalada ficou abaixo do previsto para o ano em função da não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima que tinha a previsão de conclusão da obra para o ano.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Órgão
Responsável

Programa 1083 Reforma do Judiciário

Objetivo Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos

Público-alvo Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal					Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)	
Objetivo	Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal								
Público-alvo	Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto		Observações
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (porcentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/1/2003	4,50	12/2011	2,60	2,40	Muito Baixa		Em relação a União: aprovação do FUNPRESP. Encontra-se em estudo a reestruturação do RPPS onde deverá conter propostas de alternativas de equacionamento do déficit atuarial e financeiro atual. Quanto aos demais entes, especialmente os Estados, o MPS por meio da SPPS está evitando grandes esforços no sentido de, juntamente com cada interessado, se encontrar alternativas de equacionamentos dos déficits, entre outras, inclusive mediante o aporte de ativos diversos no contexto do art. 249 da Constituição Federal.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	36000	Ministério da Saúde (MS)					
Órgão Responsável								
Objetivo	Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de qualidade, integralidade e resolutividade; que tenha uma concepção incluída de todos os profissionais de saúde, que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulada com o Sistema Único de Saúde							
Público-alvo	Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho de Saúde Suplementar - setor médico-hospitalar (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPI/NGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	12/2011	59,00	65,00	Alta	A taxa aproximou-se da meta (91,1% de alcance). Houve importante evolução das operadoras médico-hospitalares nos últimos três anos, com acentuado incremento do percentual de operadoras situado nas duas maiores faixas de IDSS (acima de 60%, passando de 11% em 2007 para 32% em 2010) e queda do percentual de operadoras situado na faixa mais baixa: de 32% em 2007 para 23% em 2010. Também pode ser percebida evolução na qualidade oferecida aos beneficiários dos planos médico-hospitalares nos três últimos anos. O percentual acumulado nas duas faixas mais elevadas de IDSS evoluiu de 19% em 2007 para 56% em 2010, praticamente o mesmo patamar (57%) de 2009. Houve também uma queda do percentual acumulado nas últimas duas faixas de IDSS: passando de 25% em 2007 para 20% em 2010. É importante observar que a média global do IDSS foi de 61,90% e o segmento odontológico apresentou resultado de 72,49%.
Taxa de Desempenho Institucional (%)	Setor responsável pelo cálculo: GGACI/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	12/2011	90,00	70,00	Alta	-
Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPI/NGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP.	31/12/2006	80,00	12/2011	99,22	90,00	Alta	-
Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	12/2011	124,07	85,00	Alta	-
Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	12/2011	150,00	100,00	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular					Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior							
Público-alvo	Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (percentagem)	MRE	21/8/2003	9.496,00	12/2011	85,00	100,00	Alta	-
Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)	MRE	21/8/2003	96,56	12/2011	100,00	100,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos	Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)				
Objetivo	Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraiadas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos							
Público-alvo	Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Estados com Ouvidorias de Polícia Implantadas (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	-	-	27,00	-	-
Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	-	-	27,00	-	-
Porcentual de Encaminhamento de Denúncias Recebidas (% de crianças cadastradas e pesadas com destruição)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8007 Resíduos Sólidos Urbanos	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)					
Objetivo	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores							
Público-alvo	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental, em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (porcentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	12/2008	98,45	94,02	Alta	Observações quanto à fórmula de cálculo do índice: Relação percentual entre a população urbana atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos e a população urbana total. Para o cálculo do índice, considerou o glossário: Coletado diretamente: quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro - Coletado indiretamente: quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para coleta posterior; ou quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar etc.
Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (porcentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	12/2008	49,75	47,00	Alta	Relação percentual entre o número de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de municípios com coleta.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução				Órgão Responsável		53000 Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo	Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal							
Público-alvo	Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (porcentagem)	SEDEC/MI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
					Data	Índice	Data	Índice			
Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Objetivo Retornar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.	Público-alvo Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.	Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	235,00	-	-	-	Muito Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paratuba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	-	Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	52,00	-	-	-	Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	73,00	-	-	50,00	Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	59,00	-	-	-	Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paratuba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	23,00	-	-	-	Baixa	-
			Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	21,00	-	-	13,00	Baixa	-
			Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	13,00	Baixa	-
			Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paratuba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
			Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
			Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a Jazante da Fz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-
			Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (fz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental		Órgão Responsável		44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo		Retornar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.					
Público-alvo		Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	3,00	-	-	1,00	-
Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (percentagem)	Codvasf/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1287 Saneamento Rural	Órgão Responsável					36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais							
Público-alvo	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (porcentagem)	MSFUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	12/2011	64,26	-	Média	No ano de 2012, a Secretaria Especial de saúde Indígena, iniciou a reestruturação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, com a inclusão do setor de saneamento e profissionais capacitados para o início da execução das ações, com intuito de cumprir as metas estabelecidas.
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	12/2011	32,80	-	Média	No Plano Plurianual/PPA 2012-2015 será utilizado como índice de referência de abastecimento de água, a cobertura dos domicílios rurais ligados à rede de abastecimento de água e outras formas com canalização interna, tendo como base os dados apresentados na proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico/PLANSAB.
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	12/2011	26,00	-	Média	No Plano Plurianual/PPA 2012-2015 será utilizado como índice de referência esgotamento sanitário a cobertura dos domicílios rurais ligados à rede de esgotos e fossa séptica, tendo como base os dados da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico/PLANSAB.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0639 Segurança da Navegação Aquaviária				Órgão Responsável		52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira							
Público-alvo	Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	1,60	12/2011	1,23	1,60	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	Órgão Responsável				22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Objetivo	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos							
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazéns e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/8/2007	1.600,00	12/2011	2.871,00	2.700,00	Alta	-
Área Livre Declarada Livre de Febre Afosa com Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	1.350.461,71	12/2011	4.942.639,00	8.419.530,00	Média	Maior apoio federal aos serviços veterinários oficiais nos estados do Norte e Nordeste para reestruturação e melhoria das atividades de fiscalização e vigilância para febre afosa; para orientar, apoiar e avaliar continuamente as atividades de cadastramento de propriedades rurais, produtores e rebanhos suscetíveis à doença nessa região; para ampliar a cobertura vacinal e para fortalecer as estruturas laboratoriais de diagnóstico da febre afosa.
Área Declarada Livre de Febre Afosa sem Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	95.346,18	12/2011	95.346,00	95.346,00	Alta	-
Área Livre de Sigatoka Negra (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/6/2009	2.426,00	12/2011	2.928,00	2.426,00	Alta	-
Incidência Controlada da Mosca da Carambola (-)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/7/2007	10,00	12/2011	16,00	8,00	Muito Baixa	Aumento do contingente de Fiscais Federais Agropecuários, incluindo a localização desses servidores nos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari. Para o Estado de Roraima e Pará é necessário renovar a frota de veículos.
Incidência da Praga Cydia Pomonella (-)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	3,00	12/2011	2,00	1,00	Alta	-
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	8/1/2004	0,00	12/2011	970,00	2.500,00	Baixa	Estudar medidas alternativas para estimular a adesão dos produtores ao programa, incluindo ações de educação sanitária, promoção e divulgação.
Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vacca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2001	0,00	12/2011	0,00	0,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Raiva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	2.454,00	10/2011	959,00	1.800,00	Alta	-
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2011	95,00	0,00	Alta	-
Taxa de Incidência da Doença Câncer Cítrico (bolsas concedidas)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	0,30	12/2011	0,20	0,20	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro				Órgão Responsável		52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil							
Público-alvo	Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Espaço Aéreo Monitorado (porcentagem)	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	-	12/2011	95,00	95,00	Alta	OBSERVAÇÕES: O índice de referência atual de 95%, constante do SIGPLAN, diz respeito ao nível 30.000 pés. Depende-se que a evolução deste índice só ocorra quando da implantação de radares em porções do espaço aéreo atualmente sem cobertura radar. Considerando-se as implantações de três Radares de Rota nas localidades de Barcelos (AM), Palmas (TO) e Teresina (PI), este índice atingirá o percentual de 98%, no referido nível, no período de 2012 a 2013.
Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	-	12/2011	1,62	0,90	Alta	As metas físicas do SIPAER contemplam as atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos que se traduzem em cursos, seminários e palestras ministrados, em investigações de acidentes, incidentes e ocorrências de solo, no aperfeiçoamento de militares no exterior, na participação de eventos de segurança de voo, nacionais e internacionais. Como medidas corretivas e preventivas, este Centro necessitará manter e intensificar suas atividades, tendo em vista o aumento significativo da frota brasileira, a fim de reduzir a CZeroD o índice de acidentes aeronáuticos, se possível. Com isso o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), como órgão central do SIPAER, gerará maior conscientização e percepção da Atividade de Segurança de Voo, que é responsabilidade de todos.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI)			
Objetivo	Realizar a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	12/2010	6,30	Alta	-
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	12/2009	67,20	Média	Devido a não obtenção dos dados referentes a 2010, estão sendo considerados os dados de 2009, ficando, assim, prejudicada a avaliação de alcance do índice previsto para 2011. A ações de redução de acidentes passa por aumento das campanhas de educativas e fiscalizatórias, principalmente em períodos de maior ocorrência, como os feriados prolongados. Para melhor monitoramento da situação está sendo estudada a criação de um Observatório Nacional de Trânsito, proposta integrante no PLANO NACIONAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas		Órgão Responsável		22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Público-alvo	Produtores, indústrias, comercialistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (número índice)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	12/1/2005	0,74	12/2011	0,82	0,85	-
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (índice numérico)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL/SDA	1/7/2007	0,00	12/2011	0,15	0,70	Ampliar o numero de metodos acreditados.
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	250,00	12/2011	849,00	0,00	-
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	3.800,00	12/2011	3.572,00	0,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1184 Segurança e Saúde no Trabalho	Órgão Responsável	38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)					
Objetivo	Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho							
Público-alvo	Trabalhadores formais e informais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2010	19,14	18,70	Média	Houve significativo aumento nos acidentes de trajeto, que compõem o índice, mas estão fora do alcance dos instrumentos de intervenção da inspeção do trabalho. A incidência de acidentes de trabalho típicos ficou em 11,32 por 1.000.
Coefficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2010	43,00	52,00	Alta	-
Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2010	7,40	7,50	Alta	-
Coefficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2010	386,00	550,00	Muito Baixa	Aumento no número de Auditores Fiscais do Trabalho e fortalecimento da estrutura da inspeção nas unidades descentralizadas do MTE..
Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2011	30,00	30,00	Alta	-
Taxa de Acidentes Fisais Investigados (porcentagem)	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2010	31,19	27,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais	Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)				
Objetivo	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito							
Público-alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Sensação de Segurança (%)	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	-	-	80,00	Média	Pesquisa não realizada.
Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	12/2012	1,27	1,35	Alta	-
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	12/2012	28,31	25,50	Alta	Implantação do SIGER - Sistema Gerencial de Informações, criando uma nova metodologia de manipulação de dados estatísticos para auxiliar no planejamento das ações operacionais. Idealização do Plano de Prevenção e Redução de Acidentes no Trânsito, estabelecendo uma política pública estruturante e integrada, tomando prioritário o enfrentamento à violência no trânsito, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)			
Objetivo	Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sanguínea e de má formação das hemácias						
Público-alvo	Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data			
Consumo por paciente de fatores de Coagulação VIII (Hemofilia A) (quantidade)	Sistema Hemovida - Coagulepatas Web	-	0,00	01/2012	36.721,55	Alta	-
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	01/2012	1,61	Média	O índice alcançado foi 1,61% em razão de a produção ambulatorial no SIA-SUS em 2012 se referir à base dados nacional, com informação de dados coletados até nov/11. Os dados referem-se a Hemorrede e aos Serv Filantrópicos e privados conveniados ao SUS, limitando o cálculo da Taxa devido à indisponibilidade atual de dados dos serviços privados. Alguns aspectos podem ter interferido no não atingimento da meta: pouca disponibilidade de unidades móveis; quadro de pessoal na rede de serviços deficitário; adoção de medidas para desestimular a procura da população pelos serviços de coleta de sangue para testagem de contaminação por patógenos; adoção de medidas para esclarecer a comunidade quanto à não vinculação de benefícios atrelados ao ato da doação. O indicador apresenta pouco abaixo da referência de 2% da população doadora, permanecendo estável em 1,9%, garantindo a atual demanda transfusional, devido à implantação dos comitês transfusionais hospitalares e a sensibilização para o uso nacional do sangue.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas

Objetivo Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes

Público-alvo Militares das Forças Armadas e seus dependentes

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	Órgão Responsável					56000	Ministério das Cidades (MCI/cidades)
Objetivo	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário							
Público-alvo	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (porcentagem)	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	12/2009	38,70	43,96	Média	O índice de referência de 2005 apresentado pelo SIGPLAN não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto, houve aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	12/2009	92,55	86,00	Alta	-
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	12/2009	80,43	55,00	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente				Órgão Responsável		20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente							
Público-alvo	Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)	SEDH/PR	31/12/2007	50,00	02/2012	80,00	100,00	Média	-
Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)	SPDCA/SEDH/PR	-	0,00	02/2012	95,00	-	Alta	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pro-SINASE				2021	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	Órgão Responsável	
Objetivo	Fortalecer a implementação do SINASE, visando a eficácia das medidas socioeducativas							
Público-alvo	Adolescentes em conflito com a lei							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Deficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	02/2012	1.067,00	810,00	Média	A redução do deficit de vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado passa pela ampliação da rede de unidades sócio-educativas, incidindo na criação de novas vagas diminuindo a super lotação e cumprimento de medidas sócio educativas em lugares inadequados.
Razão entre Adolescentes Cumpriundo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	-	-	02/2012	2,24	-	Média	Avançar com a implantação do SIPIA_SINASE nos municípios bem como de regulamentar em conjunto com SDH/MDS/CONANDA os programas municipais de atendimento em meio aberto
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	02/2012	42,70	50,00	Média	O comprometimento no alcance deste índice se deve, principalmente, as seguintes causas: dificuldade no estabelecimento de parcerias entre governos estaduais e instituições de ensino superior decorrentes das exigências legais para este tipo de prestação de serviço; especificidade do tema e dificuldade de encontrar especialistas que atendam a qualidade e pertinência da docência; os limites dos gestores para liberação dos servidores na agenda de capacitação uma vez que as unidades socioeducativas têm funcionamento ininterrupto.
Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/ SEDH	31/12/2005	40,00	02/2012	100,00	100,00	Alta	-



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade							
Público-alvo	Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Ataque do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento.
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento.
Índice de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Média	Não foi possível adotar medidas corretivas durante a vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista que os indicadores necessitavam de informações de outros órgãos, os quais não estão sob a gestão desta unidade. Para corrigir essa inconsistência na mensuração dos índices, e poder mensurá-los, a SENASP ao elaborar o novo PPA 2012-2015, estabeleceu metas para cada objetivo, conforme já publicado no site do Ministério do Planejamento.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial

Objetivo Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira

Público-alvo Nação Brasileira

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0629 Tecnologia de Uso Naval

Objetivo

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval

Público-alvo

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume IIRelatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

52000 Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável

Programa 0642 Tecnologia de Uso Terrestre

Objetivo *Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército*

Público-alvo *Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar*
Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família					Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias							
Público-alvo	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ 60,00							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	12/2011	88,00	95,00	Alta	O resultado apresentado refere-se ao último período do ano de 2011. Houve redução em relação ao ano anterior em razão da dificuldade na operacionalização das condicionalidades na geração dos públicos de acompanhamento, em virtude da implementação da versão 7 do Cadastro Único. Considerando que o processo de atualização cadastral e as mudanças cadastrais tem impacto direto no perfil de beneficiários que são acompanhados pela educação. Nesse último período, 8 municípios ficaram com acompanhamento abaixo de 20%. Ao final de 2010 nenhum município esteve nessa situação. Embora isso, o percentual total teve uma redução mínima, apenas 2 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2010.
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	12/2011	71,85	80,00	Alta	As medidas que estão sendo adotadas, como o reforço na integração com as outras áreas que envolvem as condicionalidades (Saúde, Educação e Assistência Social), vem contribuindo para melhorar esse resultado. A articulação mais próxima com estados e municípios, a realização de oficinas técnicas e seminários regionais foram algumas das estratégias utilizadas pelo Ministério da Saúde em 2011 que contribuíram para os resultados positivos alcançados no decorrer deste ano, com o apoio e parceria do Departamento de Condicionalidades da SENARC/MDS.
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	12/2011	102,82	100,00	Alta	Desde o início, entende-se como fundamental para o sucesso do PBF a construção de estimativas do contingente de famílias a serem atendidas, dada a necessidade de utilizar o mecanismo da transferência de renda como a força motriz para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Além disso, a utilização de estimativas municipais contribui para garantir a transparência da gestão e para reduzir erros de focalização do PBF. No início de 2011, as estimativas municipais foram revistas a partir de estudos dos dados do Censo, realizado em 2010, aplicando-se ainda a metodologia de Mapas de Pobreza, desenvolvida pelo Banco Mundial. Deste modo, tendo novas estimativas municipais, foi estabelecida meta de crescimento do atendimento, prevendo atender até 2013 mais 800 mil novas famílias. Ficou estabelecida que a expansão fosse realizada ao longo de 3 anos, sendo o incremento de 2011 correspondente a 320 mil famílias. Esta ação foi realizada com sucesso.



Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	Órgão Responsável				32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais						
Público-alvo	Consumidores de petróleo e derivados						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão de m³ por dia)	Petrobras Transportes S.A. - Transporte	31/12/2006	10,05	12/2011	11,48	-	Nao ha medidas corretivas necessarias
Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2011	7.179,00	-	Nao ha medidas corretivas necessarias
Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	38,00	12/2011	24,90	-	Nao ha medidas corretivas necessarias

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Órgão Responsável		54000 Ministério do Turismo (MTur)	
Objetivo		Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda					
Público-alvo		Turistas domésticos e trade turístico					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional (pessoas capacitadas)	Relatório Brasil, 2008. FGV/MTur/Sebrae, 2008, p. 66	15/04/2008	52,00	01/2012	57,40	65,00	-
Fluxo de Turistas Domésticos (milhão)	EMBRATUR	31/12/2005	-	05/2012	195,00	220,00	-
Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo (milhar)	RAIS/MTE e Ministério do Turismo	31/12/2005	-	05/2012	363,53	550,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0257 Universalização dos Serviços de Telecomunicações				Órgão Responsável	41000	Ministério das Comunicações (MC)	
Objetivo	Promover a universalização do acesso à infraestrutura de telecomunicações							
Público-alvo	Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2012	0,00	-	Muito Baixa	Em virtude da impossibilidade legal de utilização de recursos do FUST em programas/atividades/projetos que não estejam vinculados ao STFC, porquanto seja o único prestado em regime público, não houve o que apurar. Sendo assim, assinala-se a necessidade de ajuste jurídico para utilização dos recursos do FUST.
Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2012	0,00	-	Muito Baixa	Em virtude da impossibilidade legal de utilização de recursos do FUST em programas/atividades/projetos que não estejam vinculados ao STFC, porquanto seja o único prestado em regime público, não houve o que apurar. Sendo assim, assinala-se a necessidade de ajuste jurídico para utilização dos recursos do FUST.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários		Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MCI)Cidades)	
Objetivo		Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade					
Público-alvo		Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2009	9,86	1,50	O indicador não consegue dialogar adequadamente com o programa visto que a utilização de indicadores habitacionais macro não é adequada para se mensurar o impacto do programa já que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à PNAD 2009, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD, que não se referem ao ano de avaliação do programa. Além disso, a análise dos dados do Censo 2010 pela Fundação João Pinheiro ainda não se encontram disponíveis.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2009	4,18	2,23	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta. O Programa de Urbanização em questão não intervém apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo IBGE como subnormais e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2009	29,24	16,30	A discrepância ocorrida para o índice de apuração de 2009 em relação aos anos anteriores, deveu-se na metodologia apresentada, que foi a da Cuiabá de Infra-estrutura nos domicílios urbanos duráveis no Brasil, e recalculando-se o mesmo indicador para os Assentamentos Subnormais, o índice apresentado é de aproximadamente 29,24.
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta.
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	0,00	Até o momento da publicação deste relatório não havia fonte de informação para cálculo da meta. O indicador foi substituído no PPA 2012-2015.



Programa	1456 Vetor Logístico Amazônico	Órgão Responsável						39000	Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT								
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Amazônico (carro/h/fluxo)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Amazônico (tkm)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Amazônico (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1457 Vetor Logístico Centro-Norte	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)				
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT							
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Norte	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Norte (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Norte (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Norte (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1461 Votor Logístico Centro-Sudeste	Órgão Responsável				39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO							
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Centro-Sudeste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Votor Logístico Centro-Sudeste (R\$(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Votor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Votor Logístico Centro-Sudeste (R\$(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Centro-Sudeste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percorso no Votor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Centro-Sudeste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1458 Vetor Logístico Leste	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)				
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO							
Público-alvo	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Leste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percursos no Vetor Logístico Leste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional				Órgão Responsável			39000 Ministério dos Transportes (MT)		
Objetivo		Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE									
Público-alvo		Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe									
Indicador (unidade de medida)		Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto		Observações	
			Data	Índice	Data	Índice					
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/fluxo)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t.x.km)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t.x.km)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Meridional (hora)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Percursos no Vetor Logístico Nordeste Meridional (h/km)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (minuto/t)		SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional	Órgão Responsável					39000	Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL							
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/fluxo)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Votor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Votor Logístico Nordeste Setentrional (número/índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Votor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percorso no Votor Logístico Nordeste Setentrional (hkm)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Nordeste Setentrional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1462 Vetor Logístico Sul	Órgão Responsável						39000	Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS								
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações	
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Sul (RS/(x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Índice de Coerência no Vetor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul (RS/(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços		Órgão Responsável		36000 Ministério da Saúde (MS)	
Objetivo		Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes					
Público-alvo		Sociedade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Coefficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (índice numérico)	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária)/ANVISA	31/12/2006	2,65	01/2012	17,83	7,00	O resultado alcançado por este indicador está relacionado com as orientações oferecidas pela Agência para a priorização das notificações graves pelas instituições de saúde, especialmente os hospitais sentinelas. Além disso, a RDC nº 04/2009, que entrou em vigor em 08 de fevereiro de 2010, exige que as empresas farmacêuticas notifiquem prioritariamente as reações graves. São consideradas reações adversas graves aquelas que resultam em morte, colocam em risco a vida, provocam ou prolongam internações, causam incapacidade persistente ou permanente, anomalias congênitas ou efeitos clinicamente significantes. Ressalta-se que o desenvolvimento de reações adversas é um risco associado à utilização de medicamentos. Dessa forma, quanto maior o conhecimento desses efeitos na população, melhores serão as ações sanitárias de prevenção e controle.
Percentual de avaliação de risco sanitário dos serviços de hemoterapia potencialmente fornecedores de plasma (-)	Relatórios e roteiros de inspeção enviados pelas vigilâncias sanitárias, e avaliação de risco realizada pelas mesmas. Listagem de fornec. de plasma excedente do uso terap. emit. pelo MS e HEMOBRAS.	31/12/2008	46,00	01/2012	66,66	50,00	Alta
Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)	SINAVISA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	63,00	01/2012	56,90	80,00	Entre os fatores que podem ter associação com o não cumprimento da meta, destacam-se as deficiências de estrutura e de processos de trabalho das vigilâncias. No campo das estruturas: infra-estrutura de suporte para a fiscalização, dificuldades de fonte para consultas técnicas, RH insuficientes e não capacitados para a atividade específica, dificuldades para locomoção nos estabelecimentos a serem inspecionados. No campo dos processos de trabalho: precariedade na orientação jurídica para os processos administrativos sanitários, deficiências na atualização dos cadastros de estabelecimentos sujeitos à VISA, falta de informatização dos processos de trabalho e pouco conhecimento da capacidade operacional diante das atribuições legais.

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)			
Objetivo	Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011	Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice				
Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)	SINAVISA/ANVISA	31/12/2006	46,00	01/2012	58,70	65,00	Média
A razão para o alcance abaixo da meta prevista para 2011 pode ser justificada por alguns acontecimentos, tais como: 1) extensão do prazo da validade dos Certificados para 2 anos a partir da publicação da Lei 11.972/09. Esta alteração pode ter ocasionado a redução do número de inspeções nas empresas autorizadas, pois há Estados em que a demanda é superior à capacidade operacional e, por isso, nem todas as inspeções podem ser realizadas anualmente; 2) há casos de empresas que foram interditadas após inspeções sanitárias, as quais somente são reinspecionadas a partir do momento que estiverem aptas a reiniciar as atividades; 3) pode haver empresas que não estejam mais em funcionamento, não sendo, portanto, inspecionadas. Porém, constam como ativas até que as Autorizações sejam canceladas.							

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Órgão Responsável				36000	Ministério da Saúde (MS)	
Objetivo	Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	01/2012	10,00	15,70	Alta	-
Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)	SVS/MS	31/12/2006	74,60	01/2012	81,00	80,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)	SI-API: SMS/ SES/MS - CGPNI / SVS	31/12/2006	96,75	01/2012	94,50	95,00	Alta	-
Taxa de Cura da Hanseníase (%)	SINAN/MS	30/12/007	75,25	04/2012	82,70	90,00	Baixa	A apuração realizada em 24/04/2012 apresenta o percentual de cura de hanseníase em 82,7%. Apesar do resultado preliminar estar abaixo da meta de 90%, os dados indicam uma evolução do indicador nos últimos anos*: 2008: 81,3% - 31/07/2009: 2009:82,1% - 31/07/2010: 2010: 82,3% - 31/05/2011 e 2011: 82,7% - 31/03/2012. Diversas ações foram implementadas pela CGHDE visando a melhorar este indicador, entre elas a intensificação das ações de busca ativa de falhosos e abandonos e a aprovação de incentivo financeiro para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Hanseníase, que teve adesão de 97% (258) dos municípios prioritários para o Programa Nacional de Hanseníase (Fonte: SISPLAM e atualização da CGHDE). *Obs: No período de implementação do SISPLAM para os anos de 2008, 2009 e 2010, só estavam disponíveis dados preliminares referentes ao percentual de cura de hanseníase.
Taxa de Cura da Tuberculose (%)	SVS/MS	31/12/2005	62,73	04/2012	69,60	85,00	Baixa	A taxa de cura da tuberculose (TB) aumentou para 69,6% (dados atualizados em 17/04/12), mas a possibilidade do alcance do indicador previsto para 2011 é baixa, levando em consideração a série histórica da cura de TB nos últimos anos: entre 2008 e 2010*, o percentual foi de 72,5%, 72,3% e 71,8%. Os dados para 2010 são preliminares e embora os percentuais de ignorado/em branco(5,8%) e transferência(7,6%) sejam significantes, observa-se melhora na oportunidade do preenchimento do indicador. Mesmo que o Brasil tenha detectado 88% dos casos estimados pela OMS, reduzido a taxa de incidência em 15,9% e a de mortalidade em 22,6% na última década, o aumento do indicador de cura permanece um desafio. O PNCT tem investido na adesão ao Tratamento Diretamente Observado, na realização do monitoramento sistemático da completude de campos e na ampliação da integração entre vigilância e atenção básica, intensificando a descentralização das ações de controle da TB.(Fonte: Sisplam e PNCT)*Obs:dado atual

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	01/2012	17,90	17,30	Alta	A apuração parcial dos dados referentes à taxa de incidência de aids em 2010 ficou em 17,9/100.000. Considerando que os dados de 2011 ainda não estão disponíveis para análise, não é possível avaliar o cumprimento da meta. No entanto, a possibilidade de alcance do indicador previsto para 2011 é alta, dada a tendência contínua de redução da taxa de incidência de aids a partir de 2008 (19,3/100.000) hab em 2008 para 17,9/100.000 hab em 2010). Diversas ações foram realizadas em 2011 com a finalidade de reduzir a incidência de aids na população, entre elas: distribuição de 493,5 milhões de preservativos masculinos; aquisição de 3,5 milhões de testes rápidos para HIV; capacitação de 600 multiplicadores regionais para o uso do teste rápido e elaboração de planos de enfrentamento da epidemia em grupos específicos (Fontes: SISPLAM e atualização do DDAHV)

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	Órgão Responsável				51000	Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens						
Público-alvo	Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Observações
		Data	Índice	Data	Índice		
Nível de Atendimento de participantes do sexo Feminino (-)	Banco de dados do Sistema do Programa Segundo Tempo - Convênios do Portal do Ministério do Esporte	29/04/2009	37,00	12/2011	35,00	39,00	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2011	4,39	1,60	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)	SNEED/ME - IBGE	31/12/2006	0,11	12/2011	13,08	8,50	-
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)	SNEED/ME - IBGE	31/12/2007	0,29	12/2011	46,81	10,00	-
Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleos capacitados	SNEED	21/2009	80,00	12/2011	91,82	87,00	-

Exercício 2012 - Ano base 2011
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0512 Zoneamento Ecológico-Econômico			Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País							
Público-alvo	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2011		Índice Previsto para 2011	Alcance do Índice Previsto	Observações
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Zoneamento do Território Nacional (porcentagem)	Ministério do Meio Ambiente	29/12/2003	16,00	12/2011	72,00	67,00	Alta	-

Edição de hoje: 330 páginas

(OS: 14582/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

